

NORTE UE

Dinâmicas de Fundos Europeus na Região Norte

PROGRAMAS NACIONAIS E REGIONAIS

PORTUGAL 2020 na Região do Norte: operações da esfera municipal e abordagens territoriais integradas

informação de 30 de junho de 2023



Nota de enquadramento

A territorialização das políticas públicas constitui um dos elementos centrais da arquitetura de planeamento e programação do PORTUGAL 2020. Essa territorialização inicia-se na diferenciação dos respetivos Programas Operacionais (PO) entre PO Temáticos e PO Regionais. A esta macro ou mesoprogramação, segue-se a programação de nível local e sub-regional, envolvendo os investimentos da esfera municipal e as Abordagens Integradas de Desenvolvimento Territorial (AIDT). Em qualquer dos casos, tende a prevalecer a iniciativa local, bem como as correspondentes estratégias de investimento, decorrentes de metodologias participativas (*bottom up*) e, assim, do envolvimento dos principais atores de cada território.

Dada a natureza dos investimentos, uma parte significativa dos apoios atribuídos a operações da esfera municipal enquadra-se, também, em AIDT. Por outro lado, não são considerados outros apoios com uma forte vertente territorial, mas promovidos por entidades que não se encontrem na esfera municipal ou que não se encontrem incluídos em AIDT, como, por exemplo, os investimentos da Administração Central em equipamentos de saúde ou na proteção do litoral.

No Norte, até ao final de junho de 2023, foram aprovadas 3.552 operações de entidades que se encontram na esfera municipal, correspondendo a 2.090 e 1.683 milhões de euros de investimento elegível e fundo aprovado, respetivamente, cuja execução ascende a 1.409 milhões de euros. O Norte constitui, assim, a região (NUTS II) com maior dinâmica no que respeita a operações da esfera municipal, concentrando 41% do fundo aprovado, apesar de representar somente 28% dos municípios portugueses.

As quatro sub-regiões (NUTS III) com menores densidades populacionais (Terras de Trás-os-Montes, Douro, Alto Tâmega e Alto Minho) são também aquelas que apresentam intensidades de apoio superiores à média regional (de 469€/habitante), concentrando 37% do fundo aprovado apesar da sua população residente não ultrapassar os 17%. Representando também uma grande parte das sub-regiões (NUTS III) com menor PIB por habitante do Norte, então, esta distribuição de recursos só não maximiza os contributos (diretos) para o objetivo de convergência real da Política de Coesão pelo facto de o Tâmega e Sousa (sub-região com menor PIB por habitante do Norte e do país) não dispor de intensidade de apoio da mesma dimensão (ou maior).

Tendo em consideração as mesmas referências (temporal e espacial), foram aprovadas 8.688 operações no contexto das AIDT, correspondendo a 2.007 e 1.506 milhões de euros de investimento elegível e fundo aprovado, respetivamente, cuja execução ascende a 1.217 milhões de euros. Os Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (PDCT) apresentam maior incidência relativa das aprovações (41%), seguindo-se os Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano (PEDU), as estratégias de Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC), os Planos de Ação de Regeneração Urbana (PARU), os Programas de Valorização Económica de Recursos Endógenos (PROVERE) e os Planos de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável (PAMUS), com 30%, 11%, 10%, 6% e 2% do total, respetivamente.

Como se referiu, neste trabalho procura-se monitorizar o investimento nestas duas dimensões territoriais, analisando-se em detalhe as suas incidências locais e sub-regionais. Trata-se de mais uma publicação da coleção NORTE UE, a qual integra um conjunto de trabalhos desenvolvidos no Órgão de Acompanhamento das Dinâmicas Regionais do Norte (OADRN), visando aprofundar o conhecimento existente sobre as políticas públicas da UE e respetivos instrumentos de financiamento e suas dinâmicas de execução no Norte de Portugal.

FICHA TÉCNICA

Título: PORTUGAL 2020 na Região do Norte: operações da esfera municipal e abordagens territoriais integradas (informação de 30 de junho de 2023)

Coleção: NORTE UE Dinâmicas dos Fundos Europeus na Região – Programas Nacionais e Regionais

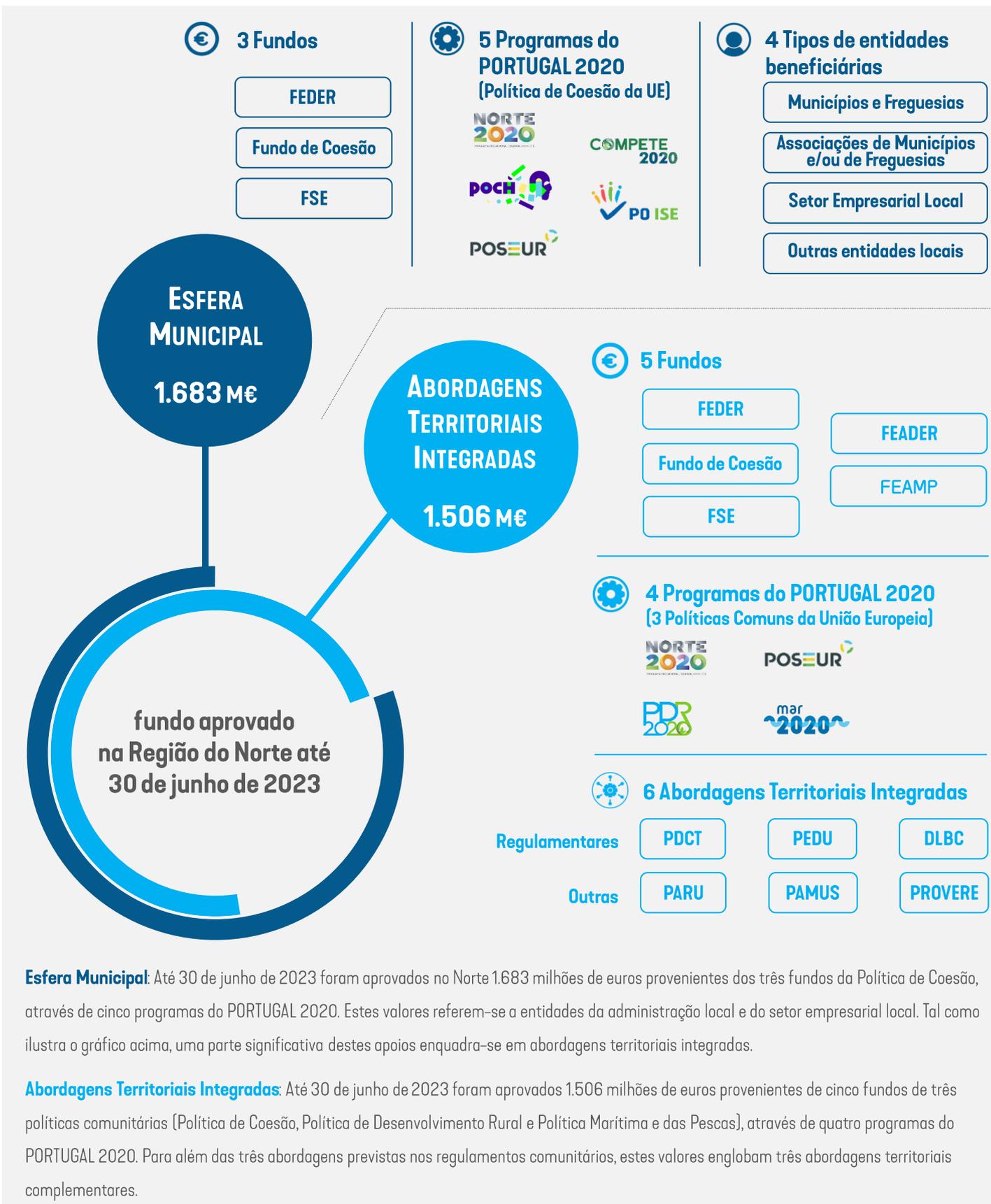
Data de Edição: nº 21 | fevereiro 2024

Edição: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-NORTE)

Coordenação e Equipa Técnica: Órgão de Acompanhamento das Dinâmicas Regionais do Norte

Contactos: oadr@ccdr-n.pt

Âmbito: Operações da Esfera Municipal e das Abordagens Territoriais Integradas



Esfera Municipal: Até 30 de junho de 2023 foram aprovados no Norte 1.683 milhões de euros provenientes das três fundas da Política de Coesão, através de cinco programas do PORTUGAL 2020. Estes valores referem-se a entidades da administração local e do setor empresarial local. Tal como ilustra o gráfico acima, uma parte significativa destes apoios enquadra-se em abordagens territoriais integradas.

Abordagens Territoriais Integradas: Até 30 de junho de 2023 foram aprovados 1.506 milhões de euros provenientes de cinco fundas de três políticas comunitárias (Política de Coesão, Política de Desenvolvimento Rural e Política Marítima e das Pescas), através de quatro programas do PORTUGAL 2020. Para além das três abordagens previstas nos regulamentos comunitários, estes valores englobam três abordagens territoriais complementares.

Operações da esfera municipal Incluem o conjunto de operações promovidas pela Administração Local (tal como classificado pelo Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais, 2010) e outras entidades com âmbito de atuação marcadamente local. Neste trabalho considera-se que as entidades que compõem a Esfera Municipal correspondem a municípios, freguesias, associações de municípios, associações de freguesias, entidades do Setor Empresarial Local (SEL) e outras entidades participadas maioritariamente por autarquias ou cuja representação nos respetivos órgãos de decisão é maioritariamente de autarquias.

Abordagens Territoriais Integradas: Evidenciam a relevância atribuída à territorialização das políticas públicas no atual período de programação (2014–2020). No Norte, foram contratualizadas com entidades locais as seguintes abordagens para o desenvolvimento local e regional:

Regulamentares



• **Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (PDCT)** – Estes instrumentos operacionalizam as Estratégias Integradas de Desenvolvimento Territorial (EIDT) e os Investimentos Territoriais Integrados (ITI), definidos ao nível das NUTS III, sendo dinamizados e implementados pelas sete comunidades intermunicipais da Região do Norte e pela Área Metropolitana do Porto. Procuram garantir uma atuação sub-regional coerente e estrategicamente concertada com a atuação regional e nacional.



• **Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano (PEDU)** – Elaborados e implementados pelos Municípios que integram Centros Urbanos de Nivel Superior (29 Municípios na Região do Norte), estes instrumentos têm como principais objetivos a valorização da estruturação urbana dos territórios onde incidem e a promoção da atratividade e da competitividade das cidades. Ao abrigo destes planos são implementadas ações de apoio à reabilitação urbana, à promoção de uma mobilidade urbana mais sustentável e à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas.



• **Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC)** – Dinamizados pelos Grupos de Ação Local (GAL) costeiros, rurais e urbanos (2, 16^(a) e 3 na Região do Norte, respetivamente), estes instrumentos operacionalizam as Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL). As EDL têm como objetivos o desenvolvimento local, a diversificação e competitividade da economia, e a melhoria das condições de vida das populações em cada um dos territórios de atuação dos GAL.



• **Planos de Ação de Regeneração Urbana (PARU)** – Elaborados e implementados pelos Municípios que integram Centros Urbanos Complementares (57 Municípios na Região do Norte), estes instrumentos visam promover a reabilitação integral de edifícios, a reabilitação de espaço público e a reabilitação de espaços e unidades industriais abandonadas.



• **Planos de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável (PAMUS)** – Definidos ao nível NUTS III, mas dinamizados e operacionalizados pelos Municípios que integram Centros Urbanos Complementares (57 Municípios na Região do Norte), estes instrumentos visam promover o investimento em ações de descarbonização do território, em especial no que diz respeito ao setor dos transportes.



• **Programas de Valorização Económica dos Recursos Endógenos (PROVERE)** – Operacionalizam as Estratégias de Eficiência Coletiva (EEC) e apoiam projetos âncora e complementares. Estes programas visam a promoção da competitividade dos territórios de baixa densidade de incidência das EEC e a valorização económica dos recursos endógenos de âmbito regional com capacidade de diferenciação.

Outras

^(a) O GAL Rural ADRIMAG engloba territórios localizados nas regiões NUTS II Norte e Centro.

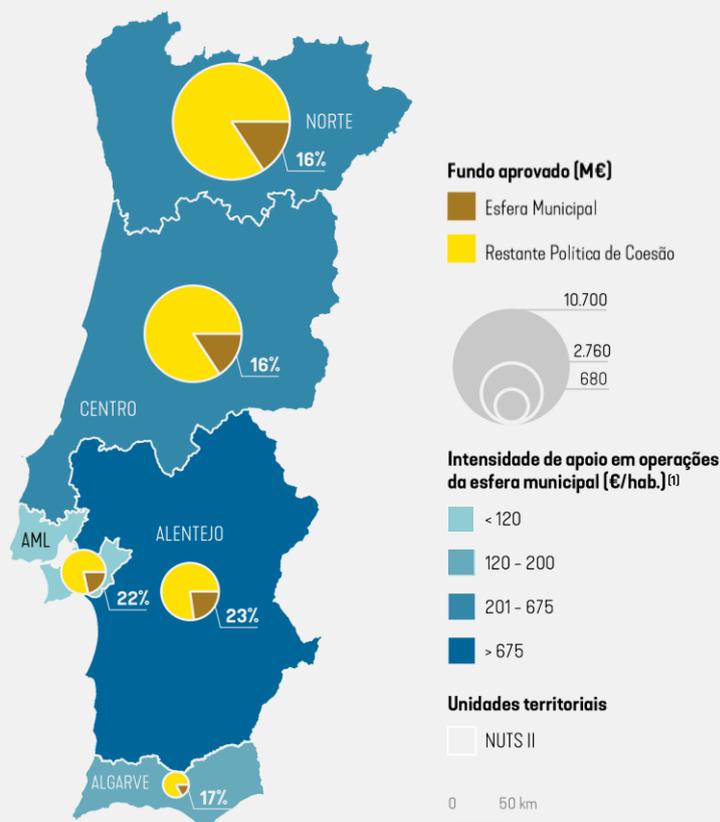
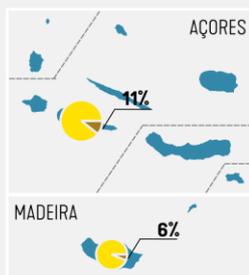
Para mais informação consultar: <http://norte2020.pt/abordagensterritoriais>



Investimentos da Esfera Municipal

Qual o peso do Norte nos apoios da Política de Coesão a entidades da esfera municipal em Portugal?

Fundo executado, fundo aprovado e investimento elegível aprovado para operações da esfera municipal (M€), por NUTS II



4.070 M€

de fundo aprovado até 30 de junho de 2023 para 8.744 operações da esfera municipal em Portugal, no âmbito da Política de Coesão

- O PORTUGAL 2020 estrutura-se em 16 Programas Operacionais (PO), que asseguram a execução das três seguintes políticas comunitárias durante o período de programação 2014-20: Política de Coesão, Política de Desenvolvimento Rural e Política Marítima e das Pescas. Só um destes PO não dispõe de operações aprovadas promovidas por entidades suscetíveis de enquadramento na esfera municipal, sendo que, dos restantes, 11 respeitam à Política de Coesão, aquela que apresenta a maior dimensão financeira.
- A análise da territorialização das aprovações de operações da esfera municipal destes (11) PO da Política de Coesão⁽²⁾ permite concluir que o Norte de Portugal continua a ser a região NUTS II com maior dinâmica: concentra 41% dos fundos aprovados apesar de representar somente 28% dos municípios portugueses. Até 30 de junho de 2023, estas aprovações correspondem uma execução global de 84%, um pouco acima da média nacional (81%).

⁽¹⁾ Valores calculados com base nos resultados dos Censos 2021 relativos à população residente (Instituto Nacional de Estatística, 2021).

⁽²⁾ Por uma questão de limitação dos dados disponíveis, esta análise não inclui os apoios atribuídos por 4 programas do PORTUGAL 2020, referentes às políticas de desenvolvimento rural e de assuntos marítimos e pescas. Estes programas poderão igualmente apoiar operações da esfera municipal.



No **Norte**, a esfera municipal representa:

3.552 operações aprovadas

2.090 M€ de investimento elegível

1.683 M€ de fundo aprovado

1.409 M€ de fundo executado

Os quais correspondem:

- **41%** do total de operações aprovadas
- **42%** do total de investimento elegível
- **41%** do total de fundo aprovado
- **43%** do total de fundo executado

da esfera municipal em Portugal, no âmbito da Política de Coesão.

- O peso dos apoios para investimentos da esfera municipal no conjunto dos PO da Política de Coesão varia em função do território considerado, entre os 6% na Madeira e os 23% no Alentejo. À semelhança do verificado em junho de 2022, o valor no Norte (16%) encontra-se alinhado com registado a nível nacional para o conjunto dos PO da Política de Coesão, tendo aumentado 1 p.p. relativamente a essa mesma data.
- Face a 30 de junho de 2022, no Norte foram aprovadas mais 31 operações e registou-se também um acréscimo de cerca de 94 milhões de euros de investimento elegível (+5%), de 103 milhões de euros de fundo aprovado (+7%), e de 310 milhões de euros de fundo executado (+28%), passando a taxa de realização de 70% para 84% (+20%)⁽³⁾.



16% dos **10.707 M€** de fundo aprovado no âmbito da Política de Coesão no Norte, concentra-se em operações da esfera municipal

Comparativamente, em Portugal, dos **25.516 M€** de fundo aprovado no âmbito da Política de Coesão, também **16%** se destinam a apoiar entidades da esfera municipal.

Quais os principais fundos e programas para as operações da esfera municipal no Norte?



3 Fundos apoiam operações da esfera municipal no Norte

O apoio atribuído a estas operações na Região representa:

- **35%** do total de **FC** aprovado
 - **22%** do total de **FEDER** aprovado
 - **4%** no total de **FSE** aprovado
- no âmbito da Política de Coesão no Norte.

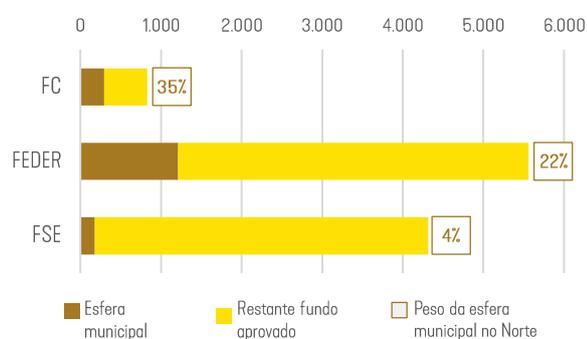
No Norte, para a esfera municipal, estão aprovados:

FEDER **1.214 M€**
(72% do total aprovado para a esfera municipal)

FC **292 M€**
(17% do total aprovado para a esfera municipal)

FSE **177 M€**
(10% do total aprovado para a esfera municipal)

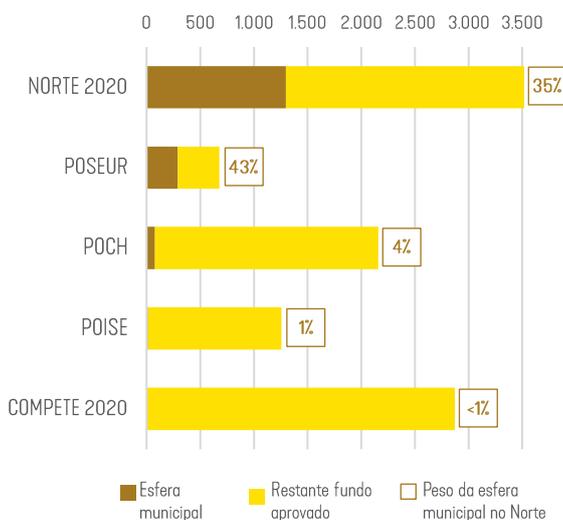
Fundo aprovado para a esfera municipal no total da Política de Coesão, por Fundo, no Norte (M€)



- No Norte de Portugal, as operações da esfera municipal são apoiadas por cinco PO e três fundos da Política de Coesão: NORTE 2020 (FEDER e FSE), POSEUR (FC), POCH (FSE), POISE (FSE) e COMPETE 2020 (FEDER, FSE e FC).
- Em 30 de junho de 2023, destacam-se no financiamento destas operações o FEDER e o FC: o primeiro por representar 72% do total, o segundo pela importância relativa na respetiva estrutura de aprovações (37%). Em relação a 30 de junho de 2022, o FEDER regista as maiores variações em termos absolutos (+105 milhões de euros) e relativos (+9%).

⁽³⁾ Na página 20 apresenta-se em maior detalhe a evolução do fundo aprovado face a 30 de junho de 2022.

Fundo aprovado para a esfera municipal no total da Política de Coesão, por Programa, no Norte (M€)



- Destaca-se o NORTE 2020 no financiamento das operações da esfera municipal: representa cerca de 1/3 do montante global aprovado neste Programa Regional, que compara (em média) com apenas 1/18 dos PO Temáticos. O NORTE 2020 continua a ser o PO mais relevante também quando se trata do financiamento global das operações da esfera municipal, representando cerca de 3/4 do total dos apoios atribuídos, refletindo a arquitetura das políticas públicas e respetivos beneficiários do PORTUGAL 2020 e respetivos PO (Regional e Temáticos).



5 Programas apoiam operações da esfera municipal no Norte

O apoio atribuído a estas operações representa:

- **43%** do fundo aprovado do **POSEUR**
- **35%** do fundo aprovado do **NORTE 2020**
- **4%** do fundo aprovado do **POCH**
- **1%** do fundo aprovado do **POISE**
- **<1%** do fundo aprovado do **COMPETE 2020** no âmbito da Política de Coesão no Norte.

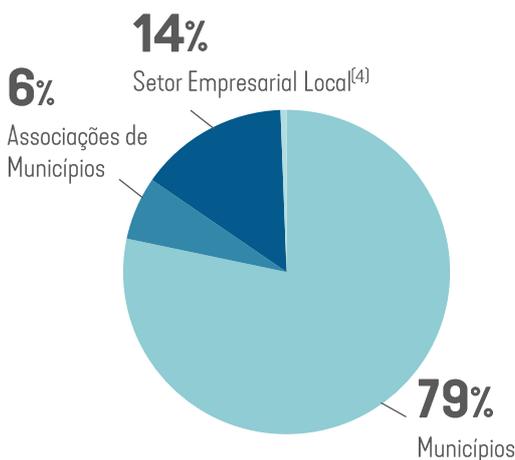
Dois programas destacam-se pelo maior volume de fundo aprovado para a esfera municipal na Região:

NORTE 2020	1.299 M€
(77% do total aprovado para esfera municipal)	
POSEUR	292 M€
(17% do total aprovado para esfera municipal)	

- Face a 30 de junho de 2022, o NORTE 2020 regista o maior crescimento em termos absolutos de fundo aprovado (+103 milhões de euros) e o POCH o maior crescimento em termos relativos (+11%).

Quais os principais promotores de operações da esfera municipal no Norte?

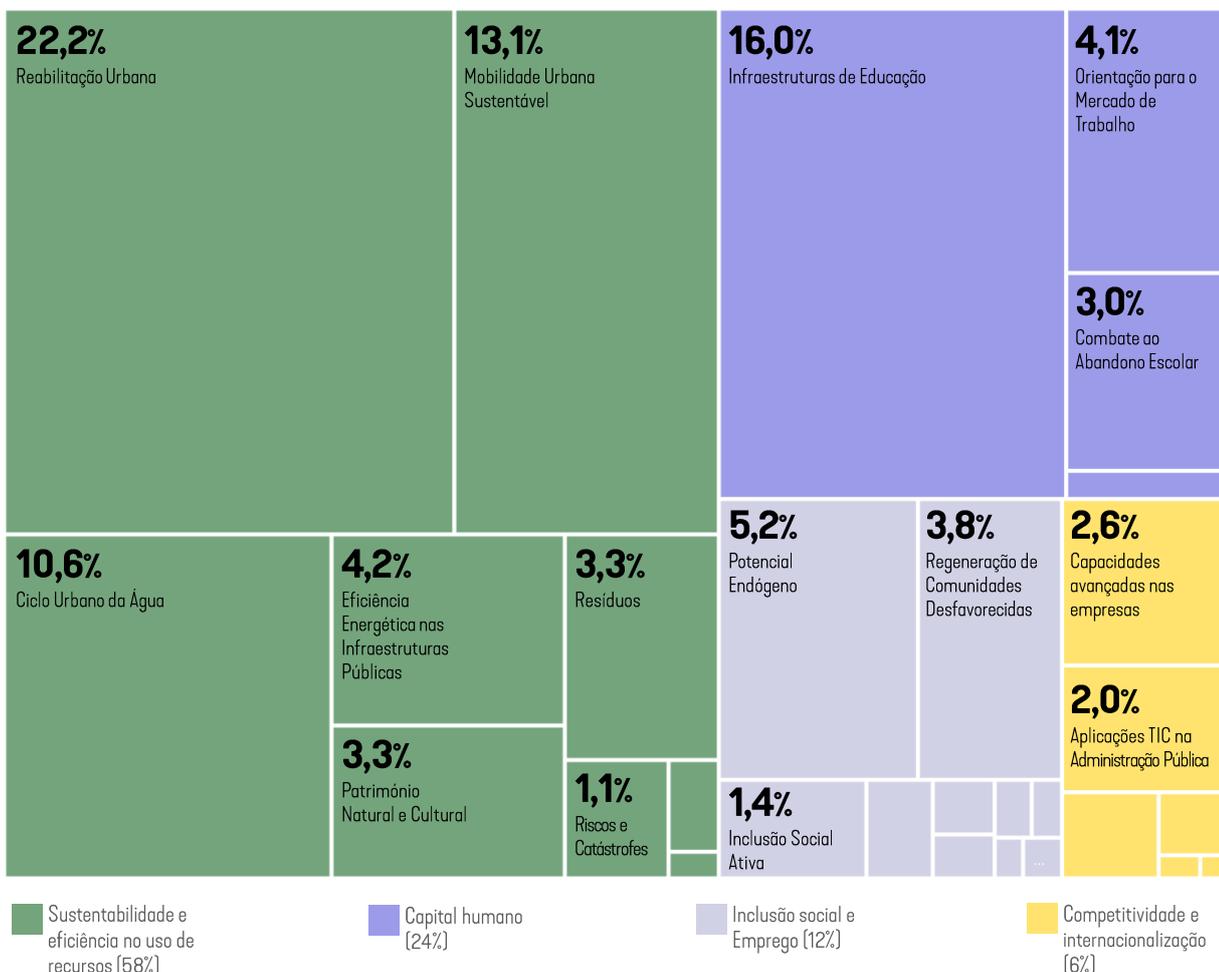
⁽⁴⁾ O Setor Empresarial Local integra Empresas Municipais, Intermunicipais e Metropolitanas, bem como as sociedades comerciais controladas conjuntamente por diversas entidades públicas, cujo maior título de participação é de uma autarquia. Não se encontram identificadas no gráfico as restantes entidades da esfera municipal (onde se incluem as freguesias) que representam menos de 1% do fundo aprovado.



- Os Municípios assumem-se (destacadamente) como os principais promotores de operações da esfera municipal, embora, ainda assim, cerca de 20% dos apoios ou fundos atribuídos se destine a projetos promovidos por outros tipos de agentes, como o Setor Empresarial Local (14%) e as Associações de Municípios (6%).
- Face a junho de 2022, o fundo aprovado em projetos promovidos pelos Municípios registou o maior crescimento em termos absolutos (+96 milhões de euros) e relativos (+8%).

Quais as principais áreas apoiadas no âmbito da esfera municipal no Norte?

Fundo aprovado na Região do Norte por Domínio Temático e Prioridade de Investimento [%]



58% do fundo aprovado no Norte concentra-se no domínio da Sustentabilidade e eficiência no uso de recursos

De entre as 35 prioridades de investimento apoiadas, apenas quatro concentram cerca de 62% do fundo aprovado:

Reabilitação urbana	22%
Infraestruturas de educação	16%
Mobilidade urbana sustentável	13%
Ciclo urbano da água	11%

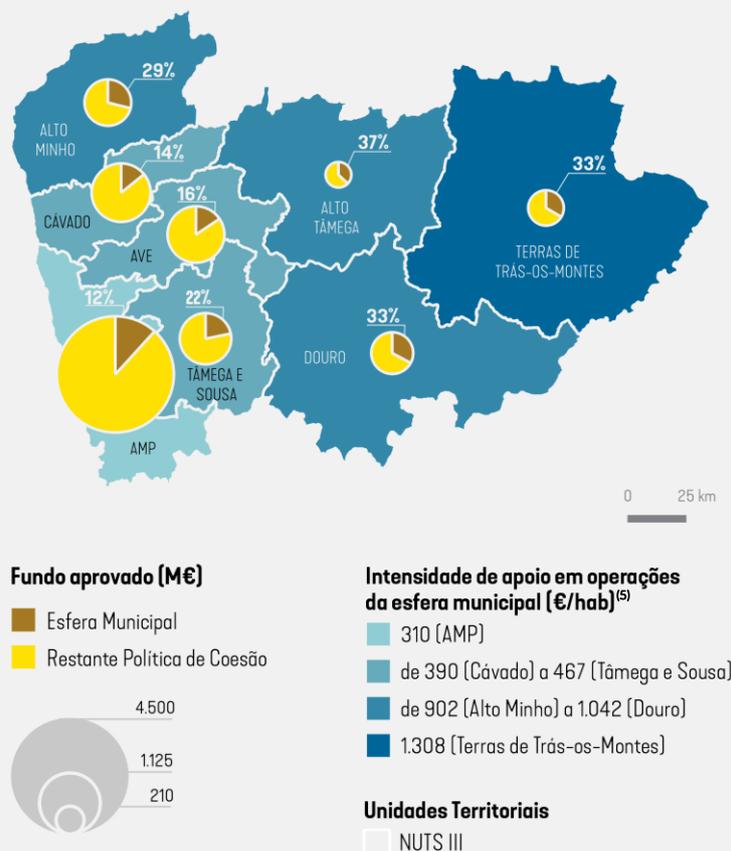
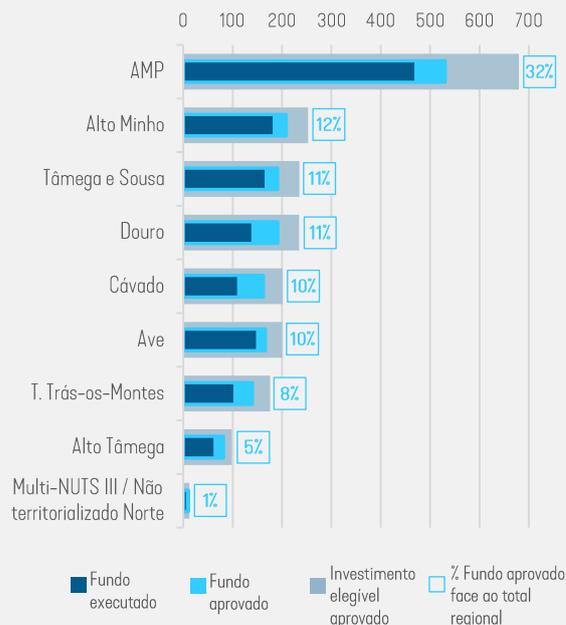
- As operações da esfera municipal aprovadas enquadram-se nos quatro Domínios Temáticos que estruturam o PORTUGAL 2020, que se desdobram (ainda) nos Objetivos Temáticos (OT) e Prioridades de Investimento (PI) estabelecidos pela legislação comunitária.
- O Domínio Temático “Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos” destaca-se no total do fundo aprovado (58%), sendo aquele que também maior crescimento (absoluto) registou (+47 milhões de euros) relativamente ao período homólogo.
- A análise mais desagregada (por PI) é reveladora da importância dos apoios atribuídos a operações de desenvolvimento urbano, representando mais de 1/3 do fundo aprovado das operações de reabilitação urbana e de mobilidade urbana sustentável. No entanto, relativamente a 30 de junho de 2022, a PI que regista o maior crescimento (absoluto) do fundo aprovado é a que respeita à reabilitação urbana (+51 milhões de euros).

Como se distribuem as operações da esfera municipal à escala NUTS III no Norte?

1.683 M€

de fundo aprovado até 30 de junho de 2023 para 3.552 operações da esfera municipal na Região do Norte

Fundo executado, fundo aprovado e investimento elegível aprovado para operações da esfera municipal (M€), por NUTS III



- Na Política de Coesão, quase 1/3 do apoio atribuído a operações da esfera municipal no Norte encontra-se associado a uma única sub-região (NUTS III): a AMP.
- Para além da AMP (89%), destaca-se também a taxa de realização (relação entre fundo executado e aprovado) de outras sub-regiões (NUTS III), como o Ave (91%), o Alto Minho (88%) e o Tâmega e Sousa (88%), registando valores superiores à média regional (84%).
- As quatro sub-regiões (NUTS III) que apresentam menores densidades populacionais são também aquelas que apresentam intensidades de apoio (fundo aprovado por habitante) superiores à média regional (de 469 €/habitante), concentrando 37% do fundo aprovado apesar da sua população residente não ultrapassar os 17%⁽⁶⁾.

⁽⁵⁾ Valores calculados com base nos resultados dos Censos 2021 relativos à população residente (Instituto Nacional de Estatística, 2021).

⁽⁶⁾ Apenas 1% do total de fundo aprovado não se encontra territorializado à escala das sub-regiões (NUTS III) do Norte de Portugal (NUTS II).



4 regiões NUTS III

destacam-se com uma intensidade de apoio superior à média regional

T. Trás-os-Montes 1.308 €/hab.

Douro 1.042 €/hab.

Alto Tâmega 964 €/hab.

Alto Minho 902 €/hab.

Em quatro regiões NUTS III, mais de 85% do fundo aprovado encontra-se já executado:

- Ave com 91%
- AMP com 89%
- Alto Minho com 88%
- Tâmega e Sousa com 88%



Com **37%**, a região NUTS III Alto Tâmega destaca-se pelo maior peso dos apoios à esfera municipal no total da Política de Coesão

Seguem-se, com um peso superior a 25%:

T. Trás-os-Montes 33%

Douro 33%

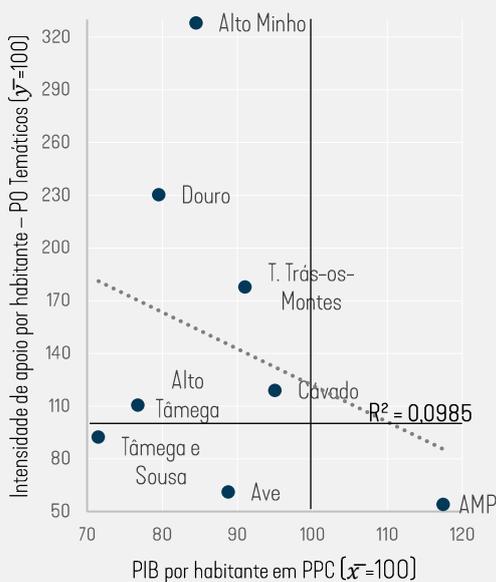
Alto Minho 29%

do fundo aprovado no âmbito da Política de Coesão.

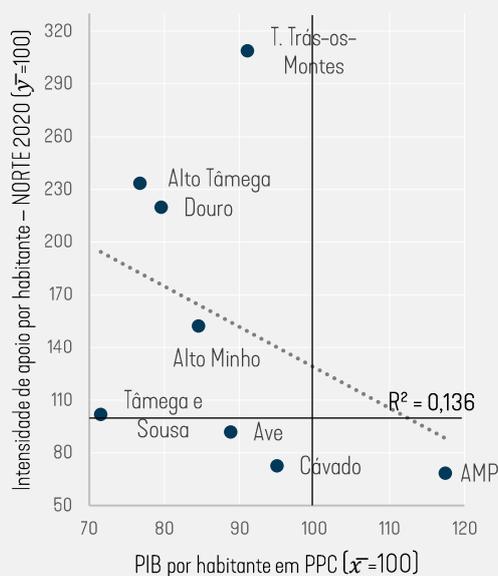
- O peso dos apoios a operações da esfera municipal no conjunto dos apoios varia consideravelmente, entre os 12% (na AMP) e os 37% (no Alto Tâmega). Com exceção da AMP, do Ave e do Cávado, a importância relativa desses apoios é sempre superior à média regional (16%) nas restantes sub-regiões (NUTS III). Esta dualidade resulta de dinâmicas económicas e sociais dos territórios diferentes, havendo nas três sub-regiões (NUTS III) referidas inicialmente uma maior importância de outras instituições na realização de investimentos cofinanciados pela UE, como as empresas ou as entidades do sistema científico e tecnológico.
- Relativamente a 30 de junho de 2022, os maiores crescimentos absolutos e relativos do fundo aprovado registaram-se nas sub-regiões (NUTS III) AMP (+32 milhões de euros) e Douro (+9%), respetivamente.

Como se relaciona a intensidade de apoios por habitante com o PIB por habitante à escala NUTS III no Norte?

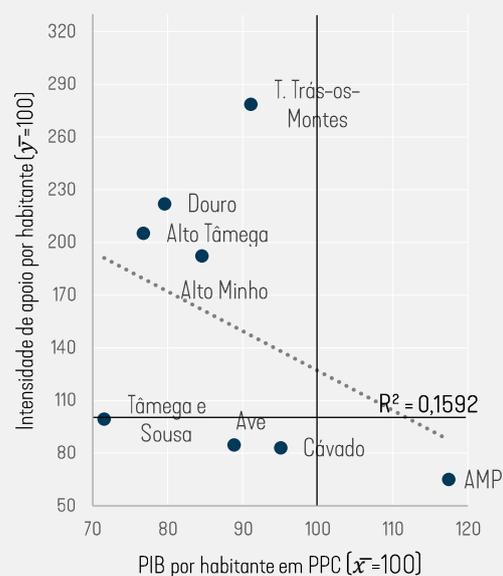
Relação entre a intensidade dos apoios por habitante dos PO Temáticos em operações da esfera municipal e o PIB por habitante em PPC⁽⁷⁾ nas sub-regiões (NUTS III) do Norte:



Relação entre a intensidade dos apoios por habitante do NORTE 2020 em operações da esfera municipal e o PIB por habitante em PPC⁽⁷⁾ nas sub-regiões (NUTS III) do Norte:



Relação entre a intensidade dos apoios por habitante em operações da esfera municipal e o PIB por habitante em PPC⁽⁷⁾ nas sub-regiões (NUTS III) do Norte:



⁽⁷⁾ A média das sub-regiões (NUTS III) do Norte constitui o valor de referência (100). Os valores do PIB por habitante em PPC referem-se à média dos anos de 2007 a 2009, de acordo com o estabelecido no Regulamento (UE) N.º 1303/2013, de 17 de dezembro.

- Existe uma maior associação entre a intensidade dos apoios por sub-regiões (NUTS III) e o PIB por habitante no NORTE2020 ($R^2=13,6\%$) do que nos PO Temáticos ($R^2=9,9\%$), sendo potencialmente maior o contributo do PO Regional para o cumprimento do princípio da coesão territorial.
- Tendo em consideração esse princípio, o Alto Minho, o Alto Tâmega, o Douro e Terras de Trás-os-Montes apresentam intensidades de apoio superiores à média regional e PIB por habitante inferior à média regional. Em contrapartida, a AMP apresenta intensidade de apoio inferior à média regional e PIB por habitante superior à média regional.
- A distribuição dos recursos no Cávado, no Ave e no Tâmega e Sousa determina intensidades de apoio inferiores à média regional, apesar do seu PIB por habitante ser também inferior à média regional. A situação do Tâmega e Sousa é mais crítica por se tratar da sub-região (NUTS III) com menor PIB por habitante do Norte e do país.



o Tâmega e Sousa regista o menor PIB por habitante regional e uma intensidade de apoios para a realização de investimentos na esfera municipal inferior à média regional

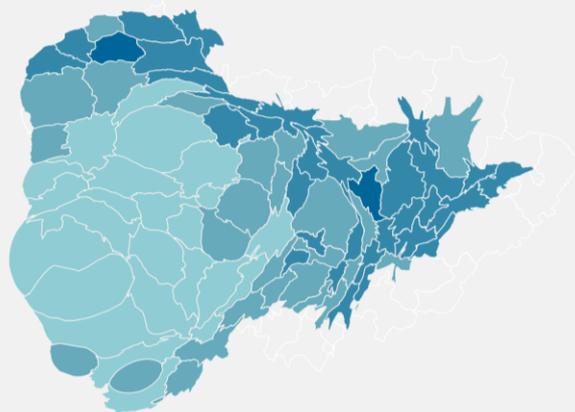
Cávado e Ave apresentam situações idênticas, embora não apresentem PIB por habitante tão reduzidos como o Tâmega e Sousa

- Não sendo atribuída a maioria desses recursos através da concorrência entre municípios, nomeadamente no contexto de entidades intermunicipais e respetivas circunscrições (NUTS III) diferentes, este resultado deve-se à prévia alocação resultante da contratualização de diferentes AIDT, cuja análise se desenvolverá na segunda parte deste documento.

Como se distribuem as operações da esfera municipal à escala concelhia no Norte?

652 M€

de fundo aprovado até 30 de junho de 2023 para operações da esfera municipal do Norte concentra-se em concelhos de baixa densidade da região



Intensidade de apoio em operações da esfera municipal (€/hab)⁽⁸⁾

- de 167 (Sta. Maria da Feira) a 431 (Trofa)
- de 473 (Fafe) a 877 (Bragança)
- de 899 (Vieira do Minho) a 1.790 (Ribeira de Pena)
- de 1.930 (Paredes de Coura) a 2.638 (Murça)

Unidades Territoriais

Concelhos

A área de cada concelho representa o fundo aprovado. A distorção introduzida traduz graficamente a importância relativa de cada concelho no total do fundo aprovado na região. O exemplo abaixo representa o caso do concelho do Porto.

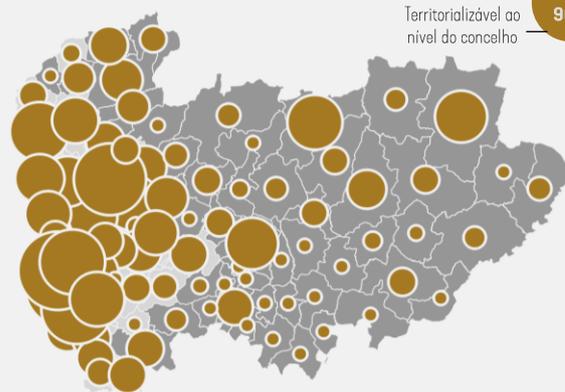


Territorialização do fundo aprovado no Norte por concelho (%):

Multi-Concelho/Não Territorializado (não representado no mapa)

Territorializável ao nível do concelho

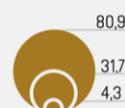
96%



61%

39%

Fundo aprovado em operações da esfera municipal (M€)



Unidades Territoriais

Concelhos

Tipo de concelho

- Baixa Densidade
- Outro

0 25 km

⁽⁸⁾ Valores calculados com base nos resultados dos Censos 2021 relativos à população residente (Instituto Nacional de Estatística, 2021).



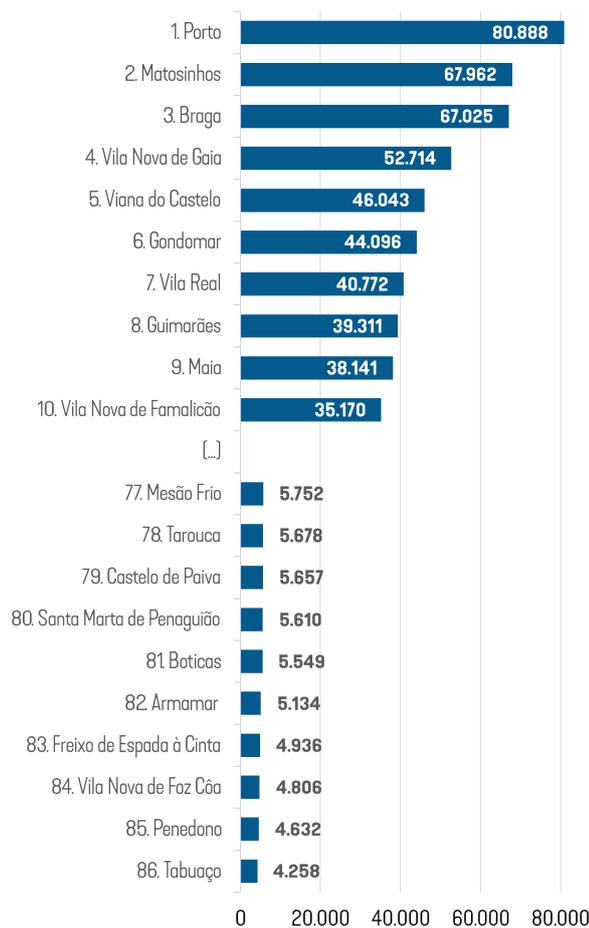
22 dos 86 concelhos do Norte concentram mais de **50%** do fundo aprovado para operações da esfera municipal

Os quatro concelhos mais populosos destacam-se pelo maior montante de fundo aprovado:

Porto	81 M€
Matosinhos	68 M€
Braga	67 M€
Vila Nova de Gaia	53 M€

- Cerca de 1/6 dos apoios a operações da esfera municipal continuam a concentrar-se em quatro dos concelhos mais populosos do Norte de Portugal (Porto, Matosinhos, Braga e Vila Nova de Gaia), onde reside cerca de 1/4 da população.
- Os concelhos que ocupam os dez lugares cimeiros no “*ranking*” do montante alocado a operações da esfera municipal concentram 30% do total do fundo aprovado, só se encontrando um concelho situado em territórios de baixa densidade (Vila Real). No entanto, os 52 concelhos de baixa densidade não deixam de concentrar cerca de 39% do fundo aprovado (mais 1 p.p. face a junho de 2022), apesar de representarem cerca de 19% da população residente (e 77% da superfície territorial).
- Face a 30 de junho de 2022, o concelho da Trofa é aquele que regista o maior crescimento relativo de fundo aprovado em operações da esfera municipal apoiadas

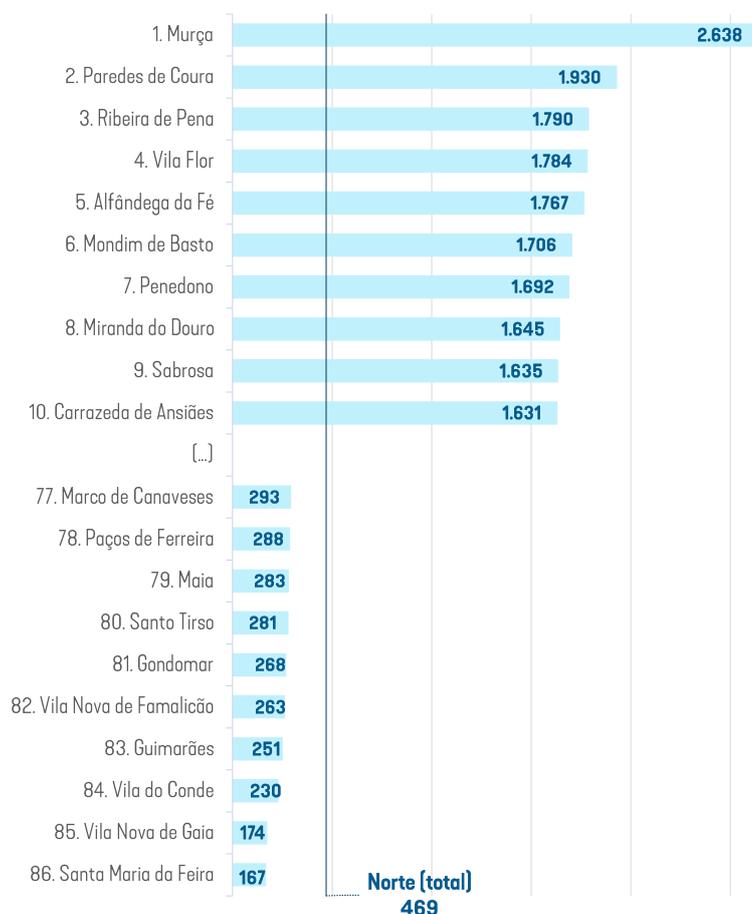
Fundo aprovado para operações da esfera municipal, por concelho (mil €)



pela Política de Coesão (superior a 40%), seguindo-se Mogadouro e Terras de Bouro, com taxas de crescimento superiores a 20%.

- Em termos absolutos, o concelho de Matosinhos é aquele que regista o maior crescimento (+7 milhões de euros), seguindo-se Gondomar, Trofa, Vila Real, Felgueiras e Porto (com acréscimos acima dos 4 milhões de euros).

Intensidade de apoio: ranking do fundo aprovado por habitante por concelho (€/hab.)⁽⁹⁾



- A análise da intensidade de fundo aprovado por habitante em operações da esfera municipal no Norte evidencia um retrato territorial diferente daquele que resulta da simples dinâmica do investimento nos termos anteriormente apresentados.
- Os primeiros 30 concelhos com maiores intensidades de apoio (fundo aprovado por habitante) situam-se em territórios de baixa densidade, apresentando valores superiores ao dobro da média regional (469 €/hab.). Neste contexto, destacam-se os concelhos de Murça, de Paredes de Coura, de Ribeira de Pena, de Vila Flor e de Alfândega da Fé com intensidades superiores a mil setecentos e cinquenta euros por habitante.
- Nos últimos 21 concelhos com menores intensidades de apoio não se encontra nenhum localizado em territórios de baixa densidade, sendo os concelhos de Santa Maria da Feira e de Vila Nova de Gaia (localizados na AMP) aqueles que apresentam os menores valores (inferiores a 200 euros por habitante).

⁽⁹⁾ Valores calculados com base nos resultados dos Censos 2021 relativos à população residente (Instituto Nacional de Estatística, 2021).



39% do fundo aprovado para operações da esfera municipal concentra-se em concelhos de baixa densidade do Norte

Os **30** lugares cimeiros do *ranking* de intensidade de apoios são ocupados por concelhos de baixa densidade. Destes, **5** concelhos possuem uma intensidade de apoios superior a 1.750 €/hab.:

Murça	2.638 €/hab
Paredes de Coura	1.930 €/hab
Ribeira de Pena	1.790 €/hab
Vila Flor	1.784 €/hab
Alfândega da Fé	1.767 €/hab

- Mesmo em operações da esfera municipal, a distribuição territorial dos recursos não resulta de simples exercícios de pré-alocação efetuados em cada programa (e.g. AIDT) mas também de mecanismos concorrenciais (no contexto de avisos de concurso). Outros fatores explicativos das diversas dinâmicas de aprovação incluem diferenças entre concelhos no que respeita às necessidades e tipologias de investimento elegível, ao grau de maturidade de projetos e à capacidade financeira das entidades beneficiárias para assegurar adequada contrapartida nacional.
- No entanto, a análise das intensidades de apoio permite verificar não só os mecanismos de atribuição de recursos entre as diferentes sub-regiões (NUTS III) como também o impacto potencial dos fundos da UE no processo de convergência real (objetivo último da Política de Coesão), aferido pela evolução do PIB por habitante. As intensidades de apoio entre os diferentes concelhos do Norte permitem concluir que os recursos se encontram a ser globalmente alocados de acordo com esse objetivo (último).

Fontes de informação

Os cálculos e análises efetuadas nesta publicação encontram-se suportadas na informação de monitorização territorial do PORTUGAL 2020, reportada pela Agência para o Desenvolvimento e Coesão IP (AD&C) com data de referência de 30 de junho de 2023.

A informação apresentada neste documento é consistente com aquela que consta dos reportes públicos de monitorização do PORTUGAL 2020 (disponíveis em www.adcoesao.pt) e do NORTE 2020 (disponíveis em www.norte2020.pt).

Abordagem Metodológica

Por uma questão de limitação dos dados disponíveis, a informação acerca das operações promovidas no Norte por entidades da esfera municipal não inclui os apoios do PORTUGAL 2020 atribuídos no âmbito das políticas de desenvolvimento rural (FEADER) e de assuntos marítimos e pescas (FEAMP).

Por outro lado, no que se refere à territorialização da informação, uma operação aprovada no âmbito do PORTUGAL 2020 pode abranger mais do que um território (regiões NUTS II e NUTS III ou concelho). Para a grande maioria das operações da esfera municipal, os indicadores financeiros de cada operação (nomeadamente o fundo aprovado e o investimento elegível) encontram-se distribuídos em função dos territórios abrangidos, na proporção da implementação da operação em cada região NUTS II e NUTS III ou concelho.

A territorialização de uma parte das operações aprovadas no âmbito do PORTUGAL 2020 encontra-se ainda em curso ou em revisão. Assim, a informação que se apresenta na presente publicação encontra-se sujeita a alterações.

Os valores aprovados para as operações poderão sofrer alterações entre diferentes períodos de reporte, decorrentes de desistências, de reformulações ou de outras correções nos projetos de investimento.

Conceitos

Para uma melhor compreensão dos conceitos incluídos neste documento, recomenda-se a consulta da página da AD&C referente aos instrumentos de base territorial, disponível em www.adcoesao.pt.

Recomenda-se também a consulta do glossário de conceitos da AD&C, disponível, igualmente, em www.adcoesao.pt, e do glossário comum dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI), disponível em www.portugal2020.pt.

Anexos: Operações da Esfera Municipal apoiadas no âmbito da Política de Coesão

1. Número de operações, investimento elegível e fundo aprovados por programa e fundo, no Norte

Programa / Fundo	N.º de operações aprovadas	Investimento elegível aprovado (mil €)	Fundo aprovado (mil €)
NORTE 2020	2.732	1.611.826	1.298.791
FEDER	2.341	1.511.516	1.213.471
FSE	391	100.310	85.320
POSEUR	513	369.482	292.005
FC	513	369.482	292.005
POCH	141	91.745	77.983
FSE	141	91.745	77.983
POISE	159	13.674	11.944
FSE	159	13.674	11.944
COMPETE 2020	7	2.955	2.206
FEDER	2	1.484	908
FSE	5	1.471	1.298
Norte – Total	3.552	2.089.681	1.682.929

2. Investimento elegível e fundo aprovados por prioridade, no Norte

Domínio temático	Prioridade de investimento	Investimento elegível aprovado (mil €)	Fundo aprovado (mil €)	Fundo aprovado (%)
Competitividade e internacionalização 	1.2 Investimento em I&EDT nas empresas	935	778	0,05
	2.3 Aplicações TIC na Adm. Pública	39.847	33.308	2,00
	3.1 Empreendedorismo nas PME	8.248	7.010	0,42
	3.2 Novos modelos empresariais nas PME	1.767	1.483	0,09
	3.3 Capacidades avançadas nas PME	58.963	43.739	2,63
	11.1 Capacidade institucional na Adm. Pública	15.217	12.935	0,78
	11.2 Educação e formação na Adm. Pública	337	287	0,02
	Total	125.314	99.539	5,98
Sustentabilidade e eficiência no uso de recursos 	4.3 Eficiência energética nas infr. públicas	84.984	69.649	4,18
	4.5 Mobilidade urbana sustentável	270.726	217.354	13,06
	5.1 Adaptação às alterações climáticas	2.362	2.070	0,12
	5.2 Gestão de riscos e catástrofes	21.431	19.115	1,15
	6.1 Investimento no setor dos resíduos	72.294	54.286	3,26
	6.2 Ciclo urbano da água	221.983	175.665	10,55
	6.3 Património natural e cultural	65.328	55.575	3,34
	6.4 Proteção e reabilitação da biodiversidade	8.105	7.212	0,43
	6.5 Reabilitação urbana	457.584	369.724	22,21
	Total	1.204.797	970.649	58,32
Inclusão social e emprego 	8.1 Acesso ao emprego	6.227	5.293	0,32
	8.2 Integração no mercado de trabalho	4.587	4.220	0,25
	8.3 Criação de emprego	433	368	0,02
	8.4 Igualdade de género	2.106	1.790	0,11
	8.5 Adaptabilidade no emprego	3.151	2.725	0,16
	8.8 Viveiros de empresas	1.473	1.234	0,07
	8.9 Potencial endógeno dos territórios	108.045	87.316	5,25
	9.1 Inclusão social ativa	26.650	22.652	1,36
	9.3 Igualdade de oportunidades	569	484	0,03
	9.5 Empreendedorismo social	104	89	0,01
	9.6/9.10 Desenvolv. local de base comunitária	4.660	3.634	0,22
	9.7 Equipamentos de saúde e sociais	17.263	10.223	0,61
	9.8 Regeneração comunidades desfav.	77.806	63.086	3,79
Total	253.073	203.114	12,20	
Capital humano 	10.1 Combate ao abandono escolar	59.456	50.592	3,04
	10.2 Ensino superior	332	282	0,02
	10.3 Aprendizagem ao longo da vida	8.104	6.888	0,41
	10.4 Orient. mercado trabalho	79.600	67.660	4,06
	10.5 Infraestruturas de educação	337.093	265.756	15,97
	Total	484.585	391.178	23,50
Norte – Total (incluindo Assistência Técnica)	2.089.681	1.682.929	100,00	

Fonte: Sistema de Monitorização do PORTUGAL 2020 (informação de 30 de junho 2023, reportada pela Agência para o Desenvolvimento e Coesão IP).

3. Fundo aprovado e intensidade de fundo aprovado por habitante, por concelho do Norte

Território	N.º de operações aprovadas ⁽ⁱ⁾	Investimento elegível aprovado (mil €)	Fundo aprovado (mil €)	Fundo aprovado por habitante ⁽ⁱⁱ⁾ (€/hab.)
Alto Minho	446	252.621	208.701	902,4
Arcos de Valdevez	68	31.934	26.479	1.278,0
Caminha	48	17.815	14.767	934,8
Melgaço	57	13.065	11.007	1.416,0
Monção	63	23.711	19.513	1.095,2
Paredes de Coura	58	19.841	16.662	1.930,2
Ponte da Barca	61	17.118	14.304	1.295,1
Ponte de Lima	78	35.931	29.041	705,5
Valença	36	12.156	10.001	734,1
Viana do Castelo	85	55.399	46.043	536,8
Vila Nova de Cerveira	41	14.386	11.380	1.275,7
Não territorializado à escala do concelho	31	11.264	9.505	N.A.
Alto Tâmega	292	98.026	81.185	963,6
Boticas	29	6.611	5.549	1.109,7
Chaves	93	34.748	29.089	773,8
Montalegre	36	10.485	9.052	977,5
Ribeira de Pena	49	13.206	10.530	1.789,5
Valpaços	40	13.513	10.964	745,8
Vila Pouca de Aguiar	54	13.716	11.144	943,4
Não territorializado à escala do concelho	20	5.746	4.858	N.A.
Área Metropolitana do Porto	807	679.519	530.614	305,6
Arouca	38	17.271	14.582	689,6
Espinho	31	20.436	17.368	559,5
Gondomar	91	57.168	44.096	268,5
Maia	78	47.930	38.141	282,6
Matosinhos	84	94.367	67.962	393,9
Oliveira de Azeméis	38	27.017	21.867	330,4
Paredes	47	39.580	26.791	317,6
Porto	52	109.955	80.888	349,0
Póvoa de Varzim	48	27.823	23.349	363,4
Santa Maria da Feira	35	28.921	22.840	167,1
Santo Tirso	54	22.514	18.993	280,5
São João da Madeira	47	18.206	15.459	698,1
Trofa	20	23.118	16.621	431,2
Vale de Cambra	37	14.425	12.150	571,2
Valongo	52	36.233	30.502	322,2
Vila do Conde	61	21.903	18.591	230,0
Vila Nova de Gaia	93	63.744	52.714	173,5
Não territorializado à escala do concelho	20	8.906	7.700	N.A.
Ave	284	200.606	166.364	397,6
Cabeceiras de Basto	40	13.935	11.665	749,8
Fafe	48	27.334	22.922	472,6
Guimarães	66	49.027	39.311	250,7
Mondim de Basto	37	12.769	10.934	1.705,8
Póvoa de Lanhoso	53	24.503	20.736	952,3
Vieira do Minho	44	12.815	10.750	899,2
Vila Nova de Famalicão	62	42.040	35.170	263,4
Vizela	36	9.732	7.694	322,0
Não territorializado à escala do concelho	25	8.453	7.182	N.A.
Cávado	321	201.221	162.444	389,9
Amares	30	13.460	11.325	609,0
Barcelos	96	42.491	34.715	297,3
Braga	96	85.623	67.025	346,7
Esposende	54	20.704	17.407	495,5
Terras de Bouro	48	9.229	6.951	1.093,3
Vila Verde	48	23.344	19.653	423,2
Não territorializado à escala do concelho	22	6.371	5.367	N.A.

⁽ⁱ⁾ Uma operação aprovada poderá abranger mais do que um território. Nesta situação, uma mesma operação encontra-se contabilizada tantas vezes quantas o número de territórios onde incide. Assim, existem diferenças entre a soma do número de operações por concelho e/ou região NUTS III e os totais parciais e global apresentados. O mesmo não acontece para os indicadores financeiros da operação (fundo aprovado e investimento elegível aprovado), os quais se encontram distribuídos em função dos territórios abrangidos.

⁽ⁱⁱ⁾ Valores calculados com base nos resultados dos Censos 2021 relativos à população residente (Instituto Nacional de Estatística, 2021).

Fonte: Sistema de Monitorização do PORTUGAL 2020 (informação de 30 de junho 2022, reportada pela Agência para o Desenvolvimento e Coesão IP).

(continua)

(continuação)

Território	N.º de operações aprovadas ⁽ⁱ⁾	Investimento elegível aprovado (mil €)	Fundo aprovado (mil €)	Fundo aprovado por habitante ⁽ⁱⁱ⁾ (€/hab.)
Douro	519	234.369	191.638	1.042,2
Alijó	41	10.464	9.051	863,1
Armamar	23	6.116	5.134	904,2
Carraceda de Ansiães	42	10.538	8.956	1.631,4
Freixo de Espada à Cinta	32	5.965	4.936	1.535,0
Lamego	37	23.077	18.587	764,5
Mesão Frio	37	6.893	5.752	1.621,6
Moimenta da Beira	20	8.297	7.044	748,6
Murça	49	16.488	13.836	2.637,9
Penedono	27	5.568	4.632	1.691,8
Peso da Régua	34	15.415	11.988	824,5
Sabrosa	41	10.983	9.070	1.634,9
Santa Marta de Penaguião	29	6.971	5.610	919,7
São João da Pesqueira	32	7.913	6.728	993,1
Sernancelhe	32	10.899	8.424	1.480,1
Tabuaço	27	5.103	4.258	845,9
Tarouca	35	6.721	5.678	771,1
Torre de Moncorvo	60	13.435	10.974	1.607,7
Vila Nova de Foz Côa	27	6.530	4.806	762,4
Vila Real	59	50.652	40.772	822,5
Não territorializado à escala do concelho	19	6.340	5.401	N.A.
Tâmega e Sousa	428	234.954	190.968	467,3
Amarante	49	26.304	22.223	426,4
Baião	48	11.550	9.700	553,2
Castelo de Paiva	43	6.599	5.657	362,9
Celorico de Basto	41	10.984	9.086	515,0
Cinfães	58	16.771	14.158	798,5
Felgueiras	100	41.345	32.659	584,8
Lousada	75	31.271	25.334	534,9
Marco de Canaveses	55	18.120	14.504	292,8
Paços de Ferreira	58	20.292	16.022	288,2
Penafiel	65	32.383	26.139	375,4
Resende	33	9.756	7.369	733,2
Não territorializado à escala do concelho	20	9.578	8.118	N.A.
Terras de Trás-os-Montes	309	176.149	140.346	1.308,3
Alfândega da Fé	37	9.340	7.640	1.766,8
Bragança	57	43.719	30.321	876,8
Macedo de Cavaleiros	44	20.790	17.743	1.245,0
Miranda do Douro	39	13.540	10.633	1.645,1
Mirandela	63	32.409	27.454	1.283,8
Mogadouro	39	16.691	13.414	1.616,0
Vila Flor	50	13.181	10.793	1.784,0
Vimioso	34	7.009	5.758	1.387,7
Vinhais	33	9.389	8.058	1.037,3
Não territorializado à escala do concelho	23	10.080	8.533	N.A.
Não territorializado à escala da NUTS III	146^(iv)	12.217	10.668	N.A.
Norte - Total	3.552	2.089.681	1.682.929	469,2

⁽ⁱ⁾ Uma operação aprovada poderá abranger mais do que um território. Nesta situação, uma mesma operação encontra-se contabilizada tantas vezes quantas o número de territórios onde incide.

Assim, existem diferenças entre a soma do número de operações por concelho e/ou região NUTS III e os totais parciais e global apresentados. O mesmo não acontece para os indicadores financeiros da operação (fundo aprovado e investimento elegível aprovado), os quais se encontram distribuídos em função dos territórios abrangidos.

⁽ⁱⁱ⁾ Valores calculados com base nos resultados dos Censos 2021 relativos à população residente (Instituto Nacional de Estatística, 2021).

Fonte: Sistema de Monitorização do PORTUGAL 2020 (informação de 30 de junho 2023, reportada pela Agência para o Desenvolvimento e Coesão IP).



4. Ranking dos maiores projetos apoiados no Norte

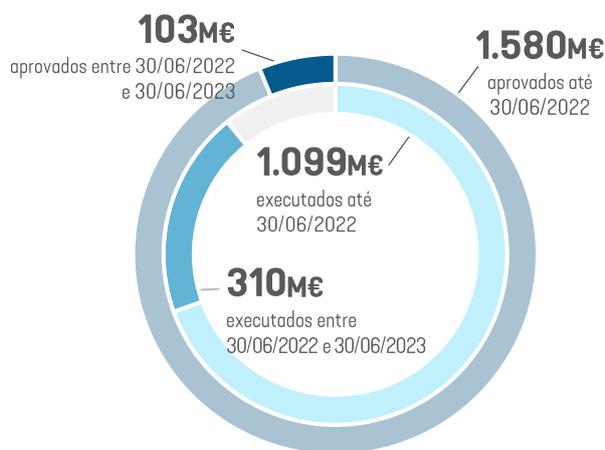
	Designação da operação	Promotor	Programa	Fundo	Investimento elegível ⁽ⁱⁱⁱ⁾ (mil €)	Fundo aprovado ⁽ⁱⁱⁱ⁾ (mil €)
1	Projeto do Mercado do Bolhão - Fase II	Município do Porto	NORTE 2020	FEDER	26.426	20.897
2	Nova frota descarbonizada da STCP - substituição de 188 viaturas em fim de vida por veículos limpos	Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, E.I.M., S.A.	POSEUR	FC	17.609	13.718
3	Unidade de valorização orgânica de biorresíduos recolhidos seletivamente na AMBISOUSA	AMBISOUSA - Emp. Intermunicipal de Trat. e Gestão de Resíduos Sólidos, EIM	POSEUR	FC	16.430	8.000
4	Ambiente em Matosinhos – ETAR – Tratamento Secundário	Município de Matosinhos	POSEUR	FC	14.792	12.567
5	Terminal Intermodal de Campanhã (TIC)	Município do Porto	NORTE 2020	FEDER	13.070	8.912
6	Emissário e ETAR do Este	Agere - Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga E.M.	POSEUR	FC	12.511	6.856
7	Edifício Jardim e Garagem Avenida para Escola de Música, Artes Performativas e Visuais	Município de Guimarães	NORTE 2020	FEDER	12.189	10.360
8	Reabilitação dos antigos silos da EPAC para Museu Língua Portuguesa	Município de Bragança	NORTE 2020	FEDER	10.955	4.444
9	Requalificação e Modernização da Escola Secundária Alexandre Herculano	Município do Porto	NORTE 2020	FEDER	10.312	5.369
10	Sistema de Águas do Alto Minho - Controlo e redução de perdas	AdAM - Águas do Alto Minho	POSEUR	FC	10.049	6.328
11	Ampliação e requalificação da Escola Secundária da Boa Nova, Leça da Palmeira	Município de Matosinhos	NORTE 2020	FEDER	9.529	7.969
12	Escola Secundária Abel Salazar, São Mamede de Infesta	Município de Matosinhos	NORTE 2020	FEDER	8.847	3.650
13	TUB 2023: Reforço da estratégia ambiental de descarbonização dos Transportes Urbanos de Braga	Empresa TUB - Transportes Urbanos de Braga, E.M.	POSEUR	FC	8.720	8.000
14	Reabilitação do Parque de Exposições de Braga	Município de Braga	NORTE 2020	FEDER	8.563	7.279
15	Nova frota descarbonizada da STCP - substituição de 86 viaturas em fim de vida por veículos limpos	Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, E.I.M., S.A.	POSEUR	FC	8.422	4.750
16	Requalificação e Modernização da EB2/3 das Taipas	Município de Guimarães	NORTE 2020	FEDER	8.418	7.152
17	Requalificação da Escola Secundária da Boa Nova, Leça da Palmeira	Município de Matosinhos	NORTE 2020	FEDER	8.324	1.000
18	Eficiência Energética nos Bairros de Habitação Pública Municipal - Fase I	Município do Porto	NORTE 2020	FEDER	8.311	6.103
19	ZMC nas Redes de Abastecimento de Água dos Concelhos da Águas do Interior Norte	AdIN - Águas do Interior Norte	POSEUR	FC	8.139	4.314
20	Construção do Intercetor do Rio Tinto	Município de Gondomar	POSEUR	FC	7.439	6.401
21	Requalificação e Aumento de Capacidade da Unidade de Triagem de Embalagens	Lipor - Associação de Municípios para a Gestão Sustentável de Resíduos do Grande Porto	POSEUR	FC	6.854	5.826
22	Reabilitação do Edifício Habitacional do Bairro do Cerco do Porto - Fase I	Município do Porto	NORTE 2020	FEDER	6.754	5.124
23	Reabilitação da Antiga Adega de Paredes	Município de Paredes	NORTE 2020	FEDER	6.651	4.787
24	Reabilitação de edifícios na plataforma Cidade (inclui Centro Histórico)	Município de Vila Nova de Gaia	NORTE 2020	FEDER	6.314	5.293
25	Mobilidade em Matosinhos – Corredor Verde do Leça – Fase II	Município de Matosinhos	NORTE 2020	FEDER	6.295	5.343
26	Despoluição da Bacia do Corgo - Ampliação de Redes de Saneamento e Reab. de ETARs	EMARVR, Água e Resíduos de Vila Real, E.M., S.A.	POSEUR	FC	6.209	5.278
27	Ampliação e requalificação da Escola Básica Prof. Carlos Teixeira	Município de Fafe	NORTE 2020	FEDER	6.035	4.786
28	Requalificação e ampliação da Escola Básica Frei Bartolomeu dos Mártires	Município de Viana do Castelo	NORTE 2020	FEDER	5.795	4.925
29	Reabilitação do Cine-Teatro	Município de Amarante	NORTE 2020	FEDER	5.563	4.695
30	Requalificação do Espaço Público Envolvente às Antigas Instalações da Indústria Alimentar Trofense	Município da Trofa	NORTE 2020	FEDER	5.321	3.165

⁽ⁱⁱⁱ⁾ Os valores de aprovação que constam na lista pública do PORTUGAL 2020 poderão sofrer alterações entre diferentes períodos de reporte, decorrentes de desistências, reformulações e outras correções nos projetos.

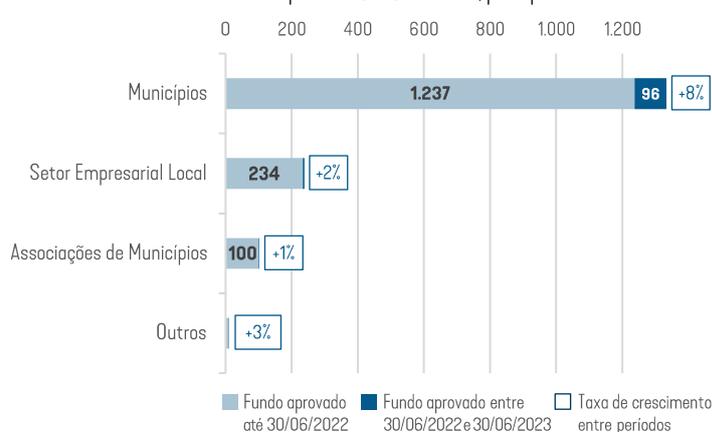
Fonte: Lista de Operações Aprovadas do PORTUGAL 2020 (informação de 30 de junho de 2023, disponível no portal do PORTUGAL 2020).

5. Evolução da execução dos investimentos da esfera municipal no Norte

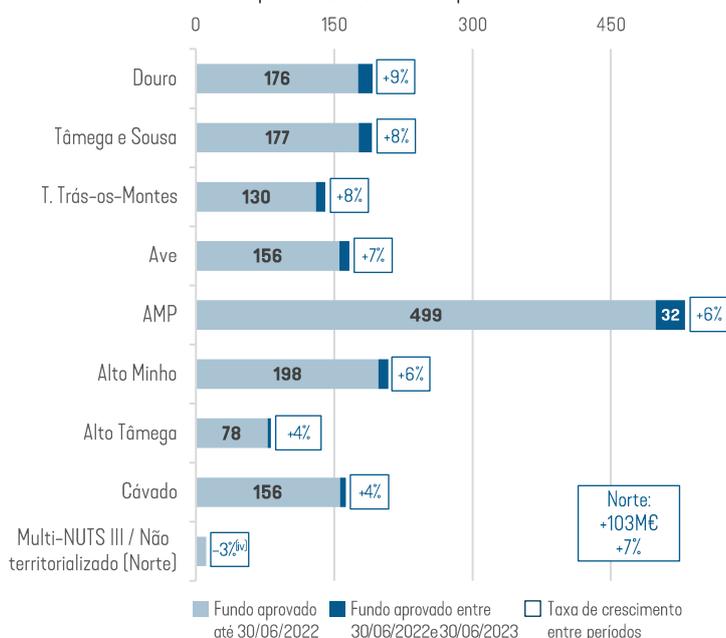
Fundo aprovado e executado (M€) no Norte



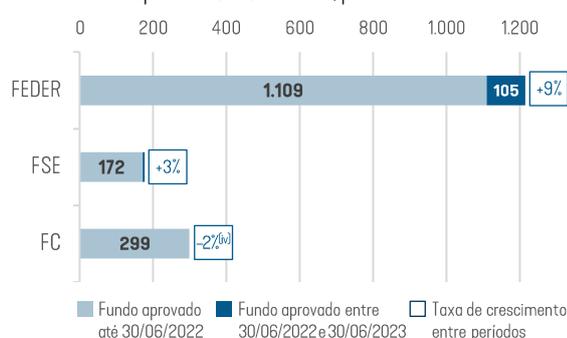
Fundo aprovado (M€) no Norte, por tipo de entidade



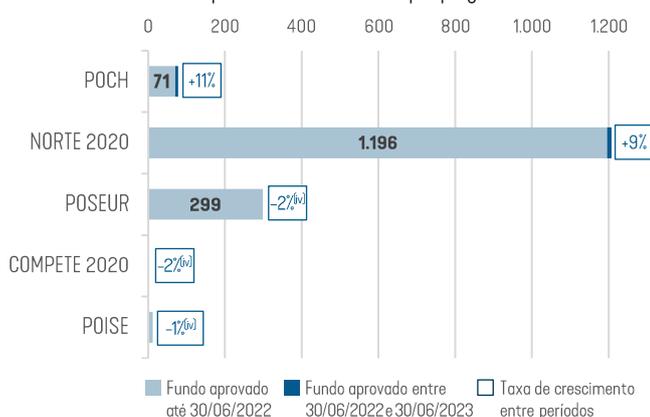
Fundo aprovado (M€) no Norte, por NUTS III



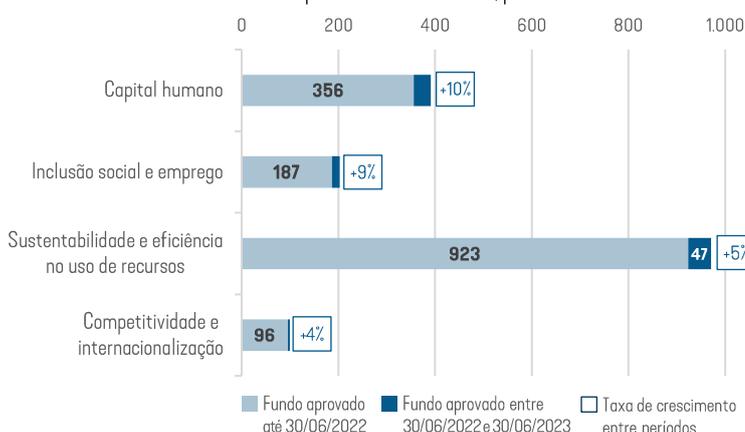
Fundo aprovado (M€) no Norte, por fundo



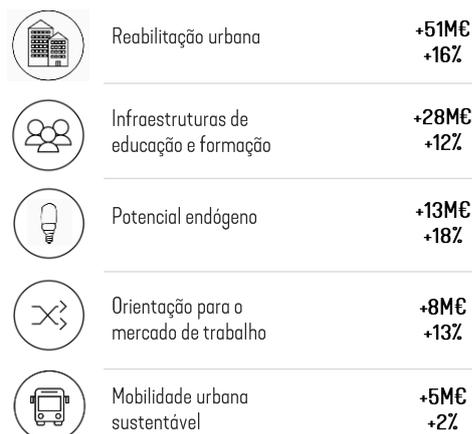
Fundo aprovado (M€) no Norte, por programa



Fundo aprovado (M€) no Norte, por domínio temático



Prioridades de investimento com maior crescimento absoluto (M€) no Norte^(v)



^(iv) As reduções registadas no fundo aprovado poderão decorrer de desistências, reformulações ou outras correções nos projetos.

^(v) As prioridades de investimento apresentadas correspondem a cerca de 60% do fundo aprovado total.

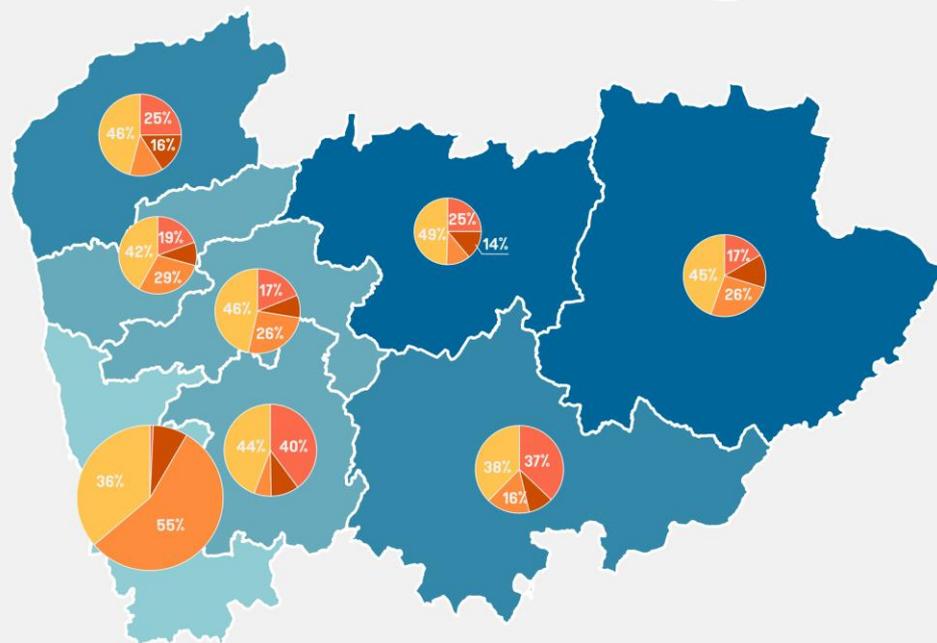


Abordagens Territoriais Integradas

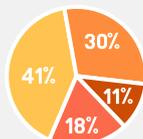
Qual a expressão das abordagens territoriais no Norte?

1.506 M€

de fundo aprovado até 30 de junho de 2023 para 8.688 operações no âmbito de abordagens territoriais integradas do Norte⁽¹⁾



Fundo aprovado por tipo de abordagem territorial integrada no Norte (%)



Fundo aprovado (M€)

Abordagens territoriais integradas regulamentares

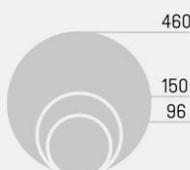
PDCT

PEDU

DLBC

Restantes abordagens territoriais integradas

PARU/PAMUS/PROVERE



Intensidade de apoio em abordagens territoriais integradas (€/hab)⁽²⁾

< 300

300 - 450

451 - 950

> 950

Unidades Territoriais

NUTS III

0 25 km



⁽¹⁾ Estes valores contemplam as operações Multi-NUTS II (i.e., que incidem em outras regiões NUTS II para além do Norte) e Multi-NUTS III (i.e., que incidem em mais do que uma sub-região do Norte). Ao primeiro tipo de operações, que incidem na área de atuação ADRIMAG (da GAL rural que abrange a regiões NUTS II do Norte e do Centro), encontra-se associado um montante de fundo aprovado de cerca de 3,2 milhões de euros. O segundo tipo de operações compreende um montante de fundo aprovado de cerca de 25 milhões de euros. No total, este montante corresponde a cerca de 1,7% do fundo total aprovado para abordagens territoriais integradas no Norte. No entanto, o mapa não contempla todas estas representações.

⁽²⁾ Valores calculados com base nos resultados dos Censos 2021 relativos à população residente (Instituto Nacional de Estatística, 2021).



No **Norte** as abordagens territoriais integradas representam:

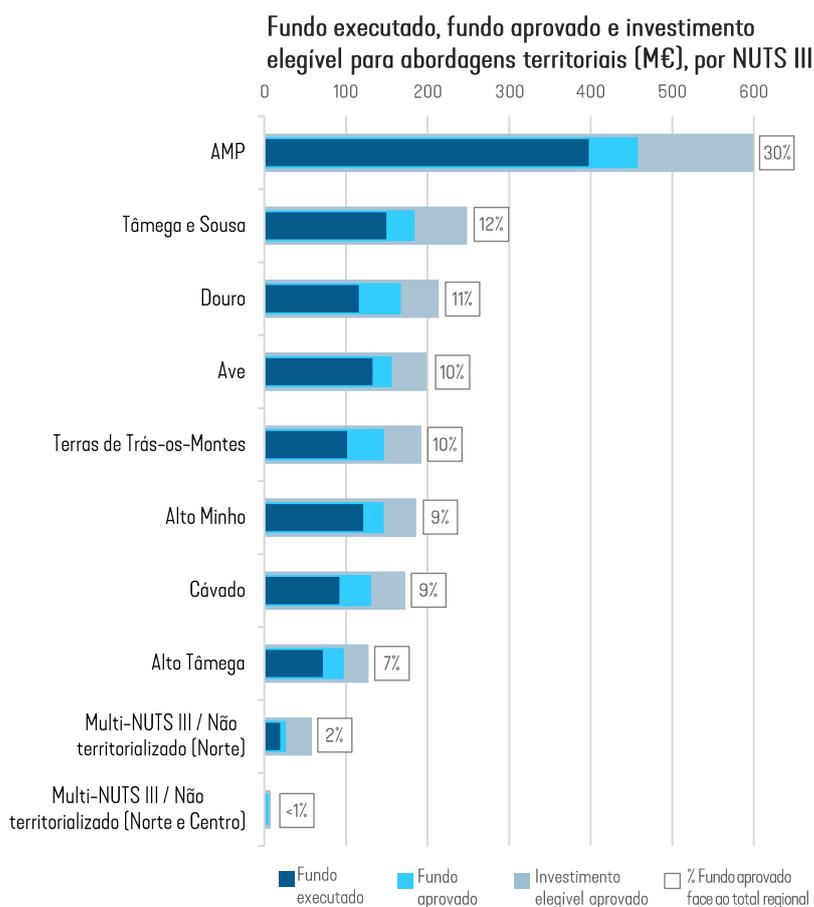
8.688 operações aprovadas
1.506 M€ de fundo aprovado
2.007 M€ de investimento elegível

Duas das seis abordagens territoriais integradas com incidência no Norte concentram mais de 70% do fundo aprovado na região no âmbito destes instrumentos:

PDCT 41% do fundo aprovado

PEDU 30% do fundo aprovado

- Uma parte (importante) dos recursos dos cinco Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) do PORTUGAL 2020 encontra-se contratualizada através de instrumentos de política de base territorial.
- As Abordagens Integradas de Desenvolvimento Territorial (AIDT) do PORTUGAL 2020 são operacionalizadas através de três instrumentos estabelecidos no regulamento das disposições comuns: (i) Investimentos Territoriais Integrados (ITI), executados através de Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (PDCT); (ii) Ações Integradas de Desenvolvimento Urbano Sustentável (AIDUS), executadas através de Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano (PEDU); e (iii) Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC), executado através de Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL).
- No Norte de Portugal, a estes três instrumentos (ITI, AIDUS e DLBC) acrescentam-se (e articulam-se com) outros, nomeadamente os Planos de Ação de Regeneração Urbana (PARU), os Planos de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável (PAMUS) e os Programas de Valorização Económica de Recursos Endógenos (PROVERE).



- Até 30 de junho de 2023, foram aprovadas mais de oito mil operações no Norte de Portugal a que correspondem cerca de 1.506 milhões de euros de fundo comunitário dos programas operacionais (PO) do PORTUGAL 2020, ascendendo a execução financeira a cerca de 1.217 milhões de euros (81% de taxa de realização).
- Embora a sub-região (NUTS III) mais populosa (a AMP) continue a concentrar a maior proporção de fundo aprovado (30%), são o Alto Minho, o Alto Tâmega, o Douro, o Tâmega e Sousa e as Terras de Trás-os-Montes que apresentam intensidades de apoio superiores à média regional (419 €/hab.).
- A importância das abordagens territoriais varia entre as diferentes sub-regiões (NUTS III), sendo a maioria dos investimentos com forte incidência territorial operacionalizada através dos PDCT (média de 41% do fundo total aprovado). A única exceção corresponde à AMP, onde essa (maior) importância é assegurada pelos respetivos PEDU. As diferentes importâncias relativas dos diferentes tipos de abordagens territoriais integradas resultam não só das dinâmicas dos

^[3] Nas páginas 36 e 37 apresenta-se em maior detalhe a evolução do fundo aprovado face a 30 de junho de 2022.



30% do fundo aprovado para abordagens territoriais integradas concentra-se na região NUTS III AMP

Ao nível das regiões NUTS III registam-se diferenças no peso relativo de cada abordagem territorial:

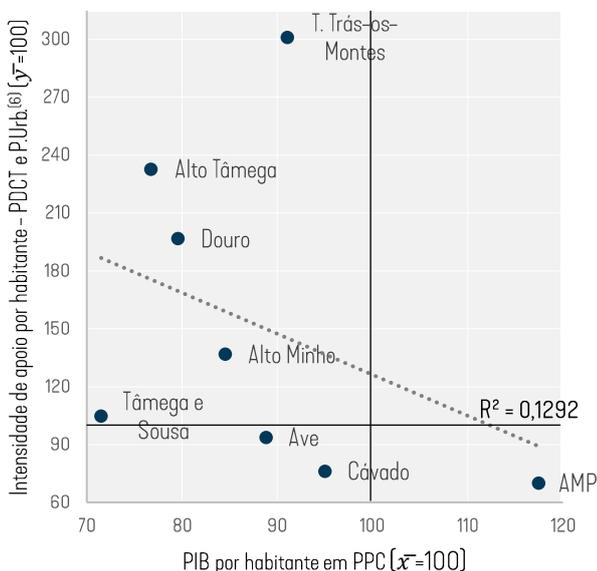
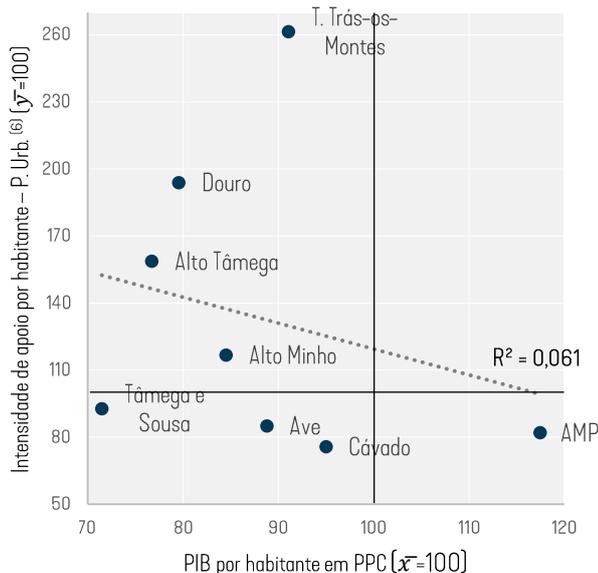
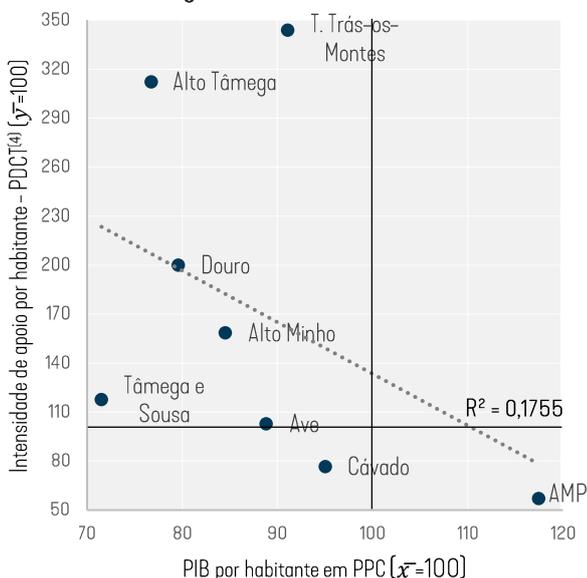
- **PDCT:** entre **36%** na AMP e **49%** no Alto Tâmega
- **PEDU:** entre **6%** no Tâmega e Sousa e **55%** na AMP
- **DLBC:** entre **8%** na AMP e **16%** no Alto Minho
- **PARU/PAMUS/PROVERE:** entre **1%** na AMP e **40%** no Tâmega e Sousa

territórios, mas também das contratualizações (tipos e dimensões financeiras) realizadas com as entidades locais e sub-regionais.

- Comparando o presente ponto de situação com o efetuado a 30 de junho de 2022, verifica-se que foram aprovadas mais 431 operações (+5%), registando-se um acréscimo no investimento elegível e fundo aprovado de 113 milhões de euros (+6%) e de 116 milhões de euros (+8%), respetivamente. A execução do fundo aprovado registou um aumento de cerca de 312 milhões de euros (+34%), passando a taxa de realização de 65% para 81% (+16 p.p.)^[3].
- Relativamente a 30 de junho de 2022 também, verifica-se que o fundo aprovado registou a maior variação absoluta (+41 milhões de euros) e relativa (+18%) nos PDCT e nos PARU, respetivamente.

Como se relaciona a intensidade de apoios por habitante com o PIB por habitante à escala NUTS III no Norte?

Relação entre a intensidade dos apoios por habitante em operações das abordagens territoriais integradas apoiadas pelo NORTE 2020⁽⁴⁾ e o PIB por habitante em PPC⁽⁵⁾ nas sub-regiões (NUTS III) do Norte:



⁽⁴⁾ Apenas foram consideradas as seguintes abordagens territoriais: PDCT, PEDU, PARU e PAMUS. No caso do PDCT, apenas foi considerado o fundo aprovado no NORTE 2020, representando cerca 96,8% do total.

⁽⁵⁾ A média das sub-regiões (NUTS III) do Norte constitui o valor de referência (100). Os valores do PIB por habitante em PPC referem-se à média dos anos de 2007 a 2009, de acordo com o estabelecido no Regulamento (UE) N.º 1303/2013, de 17 de dezembro.

⁽⁶⁾ A Política Urbana inclui PEDU, PARU e PAMUS.

Os municípios elegíveis aos PEDU não são elegíveis aos PARU e PAMUS e vice-versa, tratando, assim, de abordagens territoriais complementares no contexto da política urbana do Norte de Portugal (NUTS III).



As sub-regiões com valores de PIB por habitante mais elevado - **AMP** - e mais reduzido - **Tâmega e Sousa** - apresentam situações aparentemente diferentes:

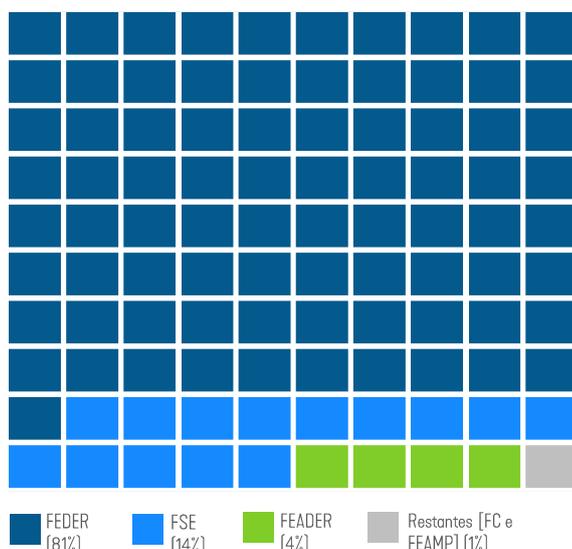
- **AMP:** intensidade de apoios inferior à média regional (NUTS II)
- **Tâmega e Sousa:** intensidade de apoios ligeiramente acima da média regional, embora aquém do registado no Alto Minho, no Douro, no Alto Tâmega e em Terras de Trás-os-Montes

Ave e Cávado apresentam PIB por habitante e intensidade de apoios inferiores à média regional

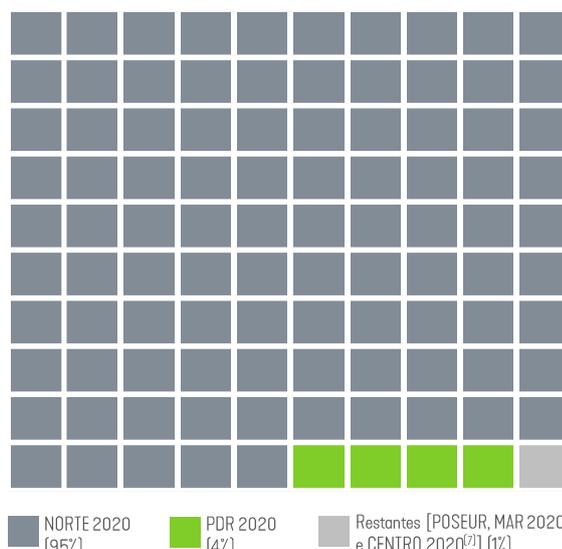
- Existe uma maior associação entre a intensidade dos apoios por sub-regiões (NUTS III) e o respetivo PIB por habitante nos PDCT ($R^2=17,6\%$) do que na política urbana ($R^2=6,1\%$), sendo potencialmente maior o contributo da primeira abordagem territorial para o cumprimento do princípio da coesão territorial.
- Este menor contributo da política urbana não se deve à AMP, dado tratar-se da sub-região (NUTS III) com menor intensidade de apoio (por habitante) e maior PIB por habitante relativamente às respetivas médias regionais (NUTS II). O Cávado e o Ave também não contribuem para este menor contributo ao disporem de intensidades de apoio inferiores média regional e às restantes sub-regiões (NUTS III) e de PIB por habitante inferiores à média regional e superiores às restantes sub-regiões (NUTS III). Sendo assim, este resultado decorre da distribuição (assimétrica) dos recursos entre as sub-regiões (NUTS II) com menores PIB por habitante, encontrando-se Terras de Trás-os-Montes num extremo e o Tâmega e Sousa no outro.
- Em termos globais ou agregados (PEDU, PARU, PAMUS e PDCT), a distribuição dos recursos entre as diferentes sub-regiões (NUTS III) e, consequentemente, o maior ou menor contributo destas abordagens territoriais para a coesão territorial resultou de exercícios de (prévia) alocação resultante dos respetivos processos de contratualização.

Quais os principais fundos e programas de apoio às Abordagens Territoriais no Norte?

Apoio aprovado por Fundo no Norte (%)



Apoio aprovado por Programa no Norte (%)



95% do fundo aprovado no Norte provém do programa NORTE 2020

1.424 M€ de fundo aprovado

Por outro lado, os principais fundos financiadores correspondem:

FEDER **1.212 M€**
[81% do fundo total]

FSE **212 M€**
[14% do fundo total]

FEADER **69 M€**
[4% do fundo total]

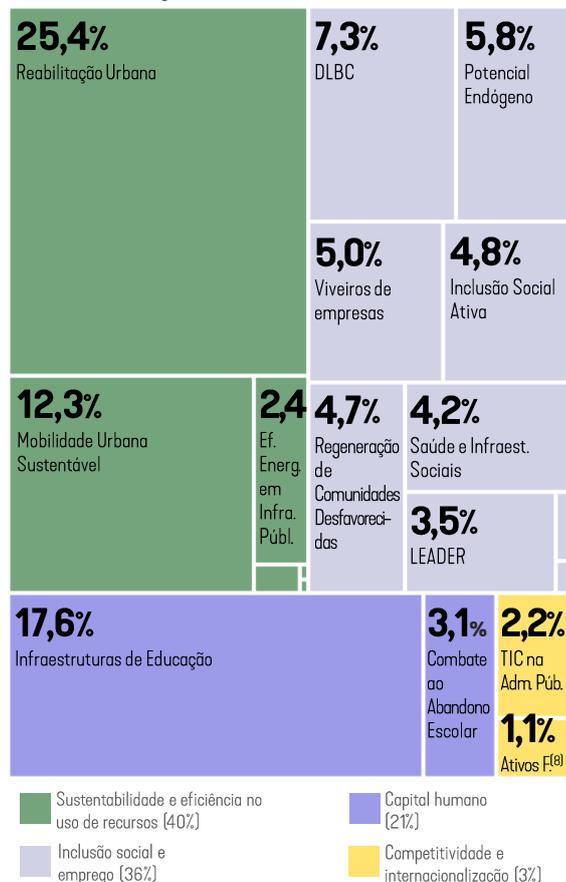
- Relativamente a 30 de junho de 2022, o maior crescimento das aprovações em volume respeita ao FEDER (+117 milhões de euros de fundo), seguindo-se o FEADER (+9 milhões de euros de fundo), que regista também a maior variação em termos relativos (+14%).
- Quatro (dos dezasseis) PO do PORTUGAL 2020 apoiam operações enquadradas em abordagens territoriais. O NORTE 2020 continua a corresponder ao principal programa financiador, representando cerca de 95% do fundo aprovado (1.317 milhões de euros), seguindo-se o PDR2020 (4%), nomeadamente no quadro das operações contratualizadas nos PDCT e nas DLBC (63 milhões de euros).
- No que respeita à evolução face a 30 de junho de 2022, o NORTE 2020 e o PDR2020 registaram os maiores crescimentos absolutos (+107 milhões de euros) e relativos (+14%) do montante de fundo aprovado, respetivamente.

- No Norte de Portugal, as abordagens territoriais são financiadas pelos cinco FEEI, dispendo o FEDER da maior importância relativa (81% do fundo aprovado). O FSE e o FEADER apresentam dimensões relativas bastante inferiores (14% e 4%, respetivamente), sendo residual o contributo do FC e do FEAMP (cerca de 1% para o total de fundo aprovado, em conjunto).

⁽⁷⁾ Encontra-se (aqui) contemplada a globalidade do fundo aprovado das operações que incidem na área de atuação ADRIMAG (da GAL rural que abrange a regiões NUTS II do Norte e do Centro). A componente aprovada no CENTRO 2020 ascende a cerca de 741 mil euros.

Quais as principais áreas apoiadas no âmbito das abordagens territoriais no Norte?

Principais áreas apoiadas no âmbito das Abordagens Territoriais Integradas no Norte (%)



40% do fundo aprovado no Norte concentra-se no domínio temático “Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos”

Entre as principais áreas apoiadas no âmbito das AIDT destacam-se:

Reabilitação Urbana (25% do fundo total)	383 M€
Infraestruturas de Educação (18% do fundo total)	266 M€
Mobilidade Urbana Sustent. (12% do fundo total)	185 M€

- O Domínio Temático “Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos” é aquele que maior contributo apresenta para o financiamento das abordagens territoriais (40% do fundo aprovado). Este domínio é também aquele que apresenta um maior crescimento absoluto desde junho de 2022 (+53 milhões de euros), sendo o Domínio Temático “Inclusão Social e Emprego” aquele que maior crescimento relativo apresenta (+10%).

- Cada Domínio Temático do PORTUGAL 2020 desdobra-se em Prioridades de Investimento (PI) que também permitem classificar as aprovações⁽⁹⁾.

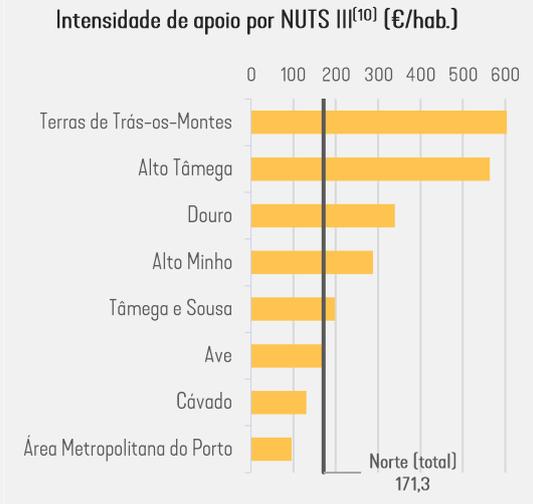
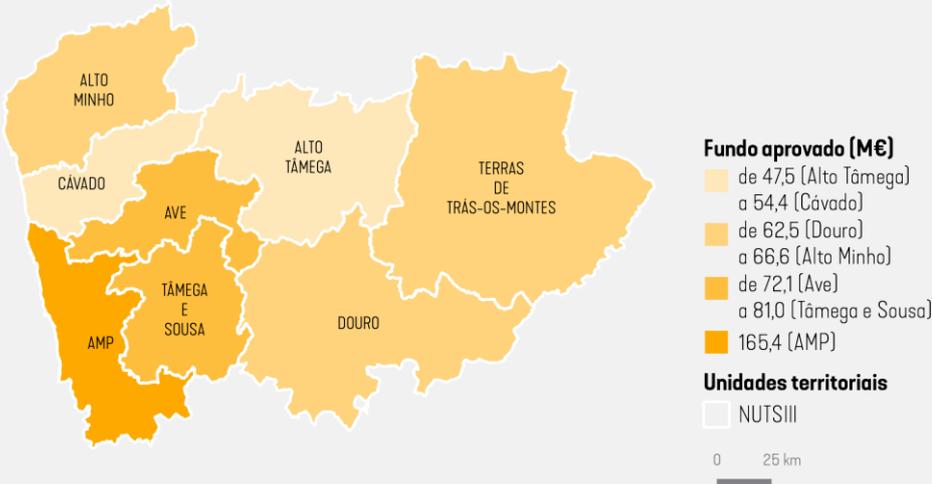
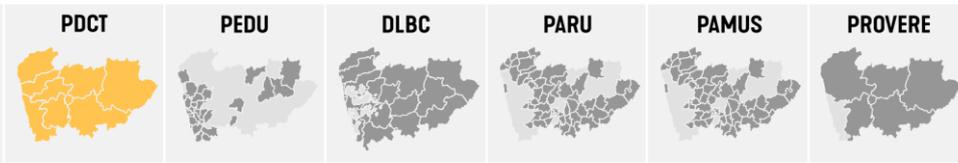
- À semelhança do verificado a 30 de junho de 2022, as três PI com maior montante de fundo aprovado encontram-se associadas à política de requalificação e revitalização de áreas urbanas (Reabilitação Urbana, Mobilidade Urbana Sustentável e Regeneração de Comunidades Desfavorecidas), representando cerca de 40% do total.

- Continuam a destacar-se, também, os apoios associados à educação através, nomeadamente das PI que enquadram investimentos em “Infraestruturas de Educação” e no “Combate ao Abandono Escolar”, representando (em conjunto) mais de 20% do fundo aprovado.
- A análise mais desagregada da evolução do fundo aprovado permite concluir que a “Reabilitação Urbana” apresenta a maior variação absoluta (+49 milhões de euros), enquanto a maior variação relativa corresponde à PI que enquadra investimentos em “Saúde e Infraestruturas Sociais” (+21%).

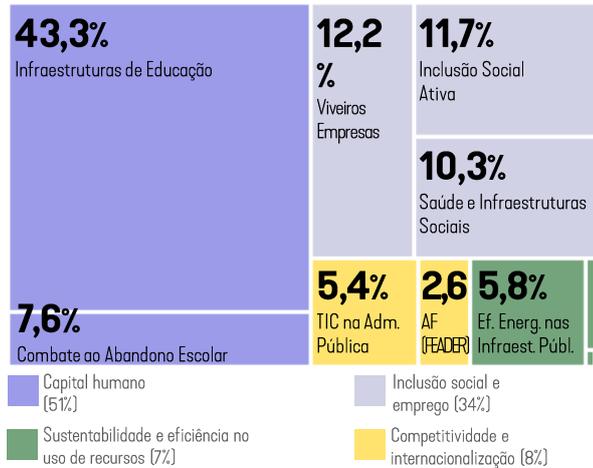
⁽⁸⁾ Investimento em ativos fixos (FEADER).

⁽⁹⁾ De uma forma geral, a classificação dos fundos por Prioridade de Investimento aplica-se apenas aos programas da Política de Coesão. No entanto, nesta análise, também foram enquadradas neste referencial as políticas cofinanciadas pelo PDR2020 (Política de Desenvolvimento Rural) e pelo MAR 2020 (Política Marítima e das Pescas).

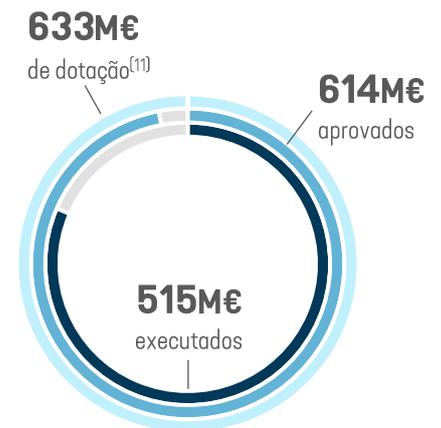
Qual a dinâmica dos PDCT no Norte?



Principais áreas apoiadas no âmbito dos PDCT, no Norte (%)



Execução financeira dos PDCT no Norte (%)



41% do apoio aprovado para Abordagens Territoriais Integradas no Norte destina-se aos PDCT

Encontram-se associados aos PDCT:

2.794 operações aprovadas

826 M€ de investimento elegível

97% de taxa de compromisso

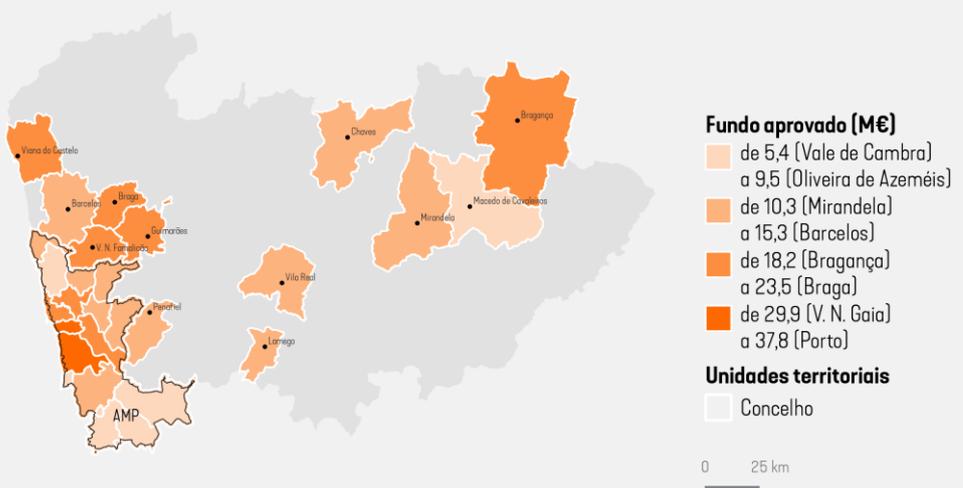
81% de taxa de execução

⁽¹⁰⁾ Valores calculados com base nos resultados dos Censos 2021 relativos à população residente (Instituto Nacional de Estatística, 2021).

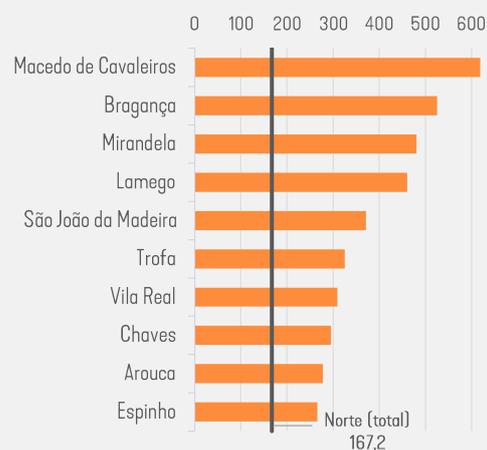
⁽¹¹⁾ Este valor reflete a reprogramação mais recente do Acordo de Parceria (PORTUGAL 2020).

- Os PDCT são dinamizados pelas sete Comunidades Intermunicipais (CIM) e pela Área Metropolitana do Porto (AMP) nas respetivas regiões NUTS III.
- A atual dotação dos PDCT (633 M€) é assegurada por três PO do PORTUGAL 2020: NORTE 2020, PDR 2020 e PO SEUR.
- As tipologias e operações aprovadas são especialmente diversas, apresentando um investimento elegível de 296 mil euros, em média. Cerca de metade do fundo aprovado corresponde ao investimento em infraestruturas escolares ou aos apoios ao combate do abandono escolar e à promoção do sucesso educativo.

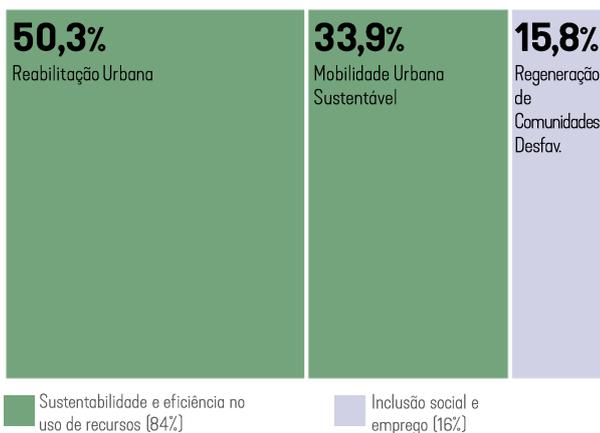
Qual a dinâmica dos PEDU no Norte?



Concelhos com maior intensidade de apoio⁽¹²⁾ (€/hab.)



Principais áreas apoiadas no âmbito dos PEDU, no Norte (%)



Execução financeira dos PEDU no Norte (%)



⁽¹²⁾ Valores calculados com base nos resultados dos Censos 2021 relativos à população residente (Instituto Nacional de Estatística, 2021).

⁽¹³⁾ Este valor reflete a reprogramação mais recente do Acordo de Parceria (PORTUGAL 2020).

⁽¹⁴⁾ O IFRRU 2020 consiste num instrumento financeiro cofinanciado pelos PO Regionais e pelo PO SEUR, tendo como os objetivos revitalizar as cidades e, em particular, os espaços físicos dedicados ao uso por comunidades desfavorecidas e apoiar a eficiência energética na habitação.



30% do apoio aprovado para Abordagens Territoriais Integradas no Norte destina-se aos PEDU

Encontram-se associados aos PEDU:

524 operações aprovadas

569 M€ de investimento elegível

104% de taxa de compromisso

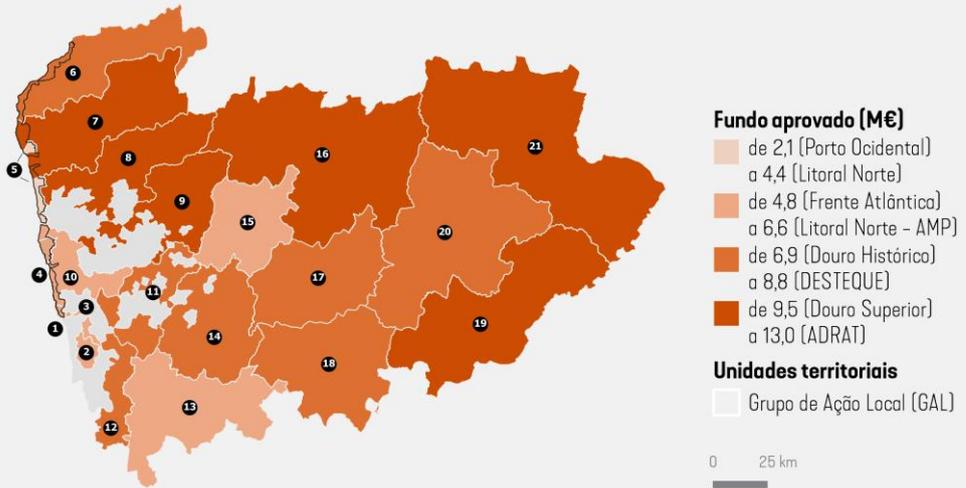
90% de taxa de execução

- Os PEDU são dinamizados pelos 29 municípios que constituem os centros urbanos de hierarquia superior do sistema urbano estabelecido na proposta de Plano Regional de Ordenamento do Norte (PROT-Norte).
- A atual dotação dos PEDU (430 M€) é integralmente assegurada pelo NORTE 2020, montante que inclui cerca de 12 milhões de euros do IFRRU 2020 (Instrumento Financeiro de Reabilitação e Revitalização Urbanas)⁽¹⁴⁾.
- Cerca de 84% do fundo aprovado destina-se à reabilitação urbana e à promoção da mobilidade urbana sustentável, apresentando as operações aprovadas um investimento elegível médio de 1.086 mil euros.

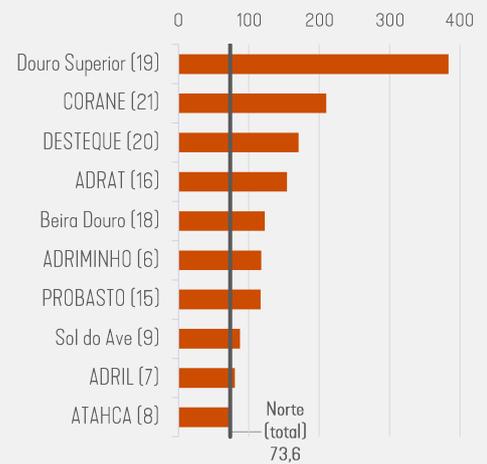
Qual a dinâmica dos DLBC no Norte?



- 1 Porto Ocidental
- 2 Urbano Gaia
- 3 Frente Atlântica
- 4 Litoral Norte AMP
- 5 Litoral Norte
- 6 ADRIMINHO
- 7 ADRIL
- 8 ATAHCA
- 9 Sol do Ave
- 10 Litoral Rural
- 11 ADER-SOUSA
- 12 ADRITEM
- 13 ADRIMAG
- 14 DOLMEN
- 15 PROBASTO
- 16 ADRAT
- 17 Douro Histórico
- 18 Beira Douro
- 19 Douro Superior
- 20 DESTEQUE
- 21 CORANE



Territórios com maior intensidade de apoio⁽¹⁵⁾ (€/hab.)



Principais áreas apoiadas no âmbito do DLBC, no Norte (%)



⁽¹⁵⁾ Valores calculados com base nos resultados dos Censos 2021 relativos à população residente (Instituto Nacional de Estatística, 2021).

⁽¹⁶⁾ No âmbito do PDR 2020, as abordagens DLBC são também conhecidas como abordagens LEADER.

⁽¹⁷⁾ Este valor reflete a reprogramação mais recente do Acordo de Parceria (PORTUGAL 2020).

⁽¹⁸⁾ A área de atuação do ADRIMAG (GAL rural) não se confina ao Norte (NUTS II), envolvendo a região Centro (NUTS II). Deste modo, os valores do FEDER e do FEADER apresentados para a DLBC respetiva não respeitam exclusivamente ao Norte.

11% do apoio aprovado para Abordagens Territoriais Integradas no Norte destina-se a DLBC

Encontram-se associados a DLBC:

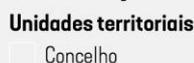
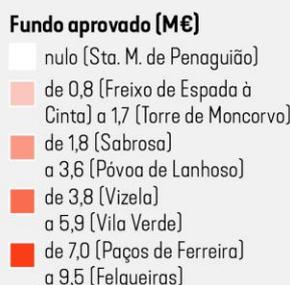
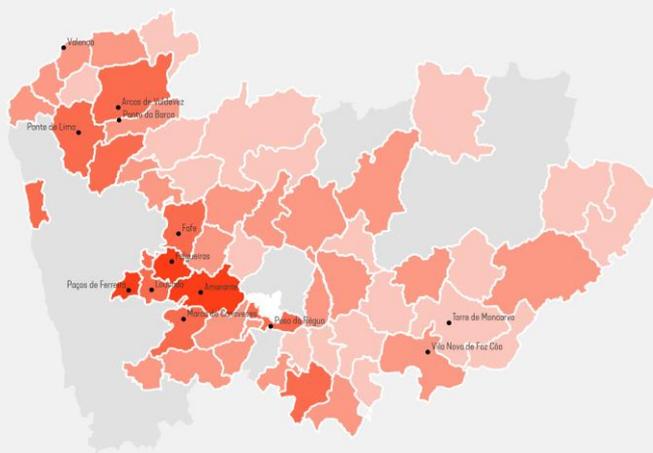
- 4.662** operações aprovadas⁽¹⁸⁾
- 269 M€** de investimento elegível⁽¹⁸⁾
- 171%** de taxa de compromisso
- 93%** de taxa de execução

Execução financeira do DLBC no Norte (%)



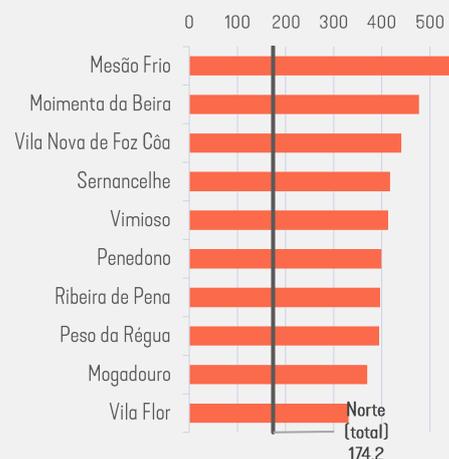
- As DLBC são dinamizadas pelos Grupos de Ação Local (GAL) em cada um dos respetivos territórios-alvo através de Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL). Foram reconhecidos 21 DLBC dos três seguintes tipos: rurais (16)⁽¹⁸⁾, urbanos (3) e costeiros (2).
- As DLBC são financiadas pelo NORTE 2020 (rurais, urbanos e costeiros), PDR 2020 (rurais) e MAR 2020 (costeiros).
- O fundo aprovado reparte-se entre projetos de desenvolvimento da economia rural, apoiados pelo PDR 2020 (medida LEADER⁽¹⁶⁾), projetos de estímulo ao empreendedorismo e à criação de emprego, apoiados pelo NORTE 2020 (SI2E e +CO3SO), e de desenvolvimento sustentável da pesca e da aquicultura, financiados pelo MAR 2020, apresentando um investimento elegível médio de 58 mil euros.

Qual a dinâmica dos PARU no Norte?

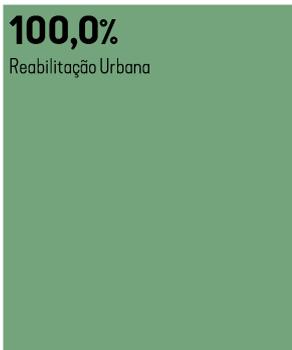


0 25 km

Concelhos com maior intensidade de apoio⁽¹⁹⁾ (€/hab.)



Principais áreas apoiadas no âmbito dos PARU no Norte (%)

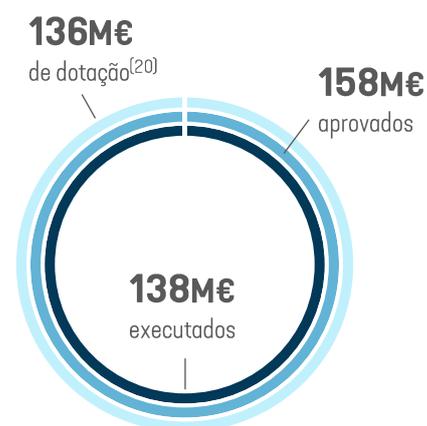


Principais tipologias de operações apoiadas

- Reabilitação integral de edifícios com mais de 30 anos
- Reabilitação de espaço público
- Reabilitação de espaços e unidades industriais abandonadas
- Ações de gestão e animação da área urbana

Sustentabilidade e eficiência no uso de recursos (100%)

Execução financeira dos PARU no Norte (%)



⁽¹⁹⁾ Valores calculados com base nos resultados dos Censos 2021 relativos à população residente (Instituto Nacional de Estatística, 2021).

⁽²⁰⁾ Este valor reflete a reprogramação mais recente do Acordo de Parceria (PORTUGAL 2020).

⁽²¹⁾ O IFRRU 2020 consiste num instrumento financeiro cofinanciado pelos PO Regionais e pelo PO SEUR, tendo como os objetivos revitalizar as cidades e, em particular, os espaços físicos dedicados ao uso por comunidades desfavorecidas e apoiar a eficiência energética na habitação.



10% do apoio aprovado para Abordagens Territoriais Integradas no Norte destina-se aos PARU

Encontram-se associados aos PARU:

380 operações aprovadas

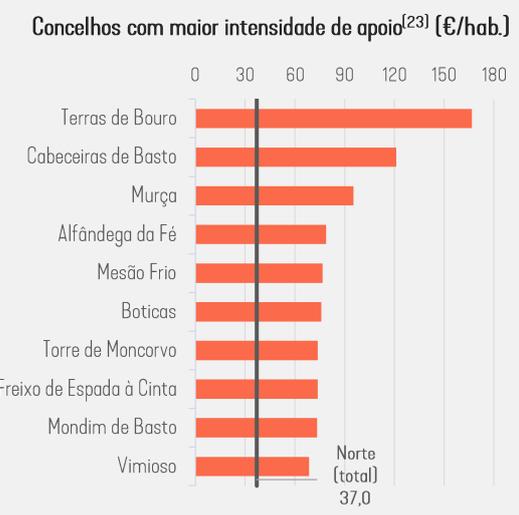
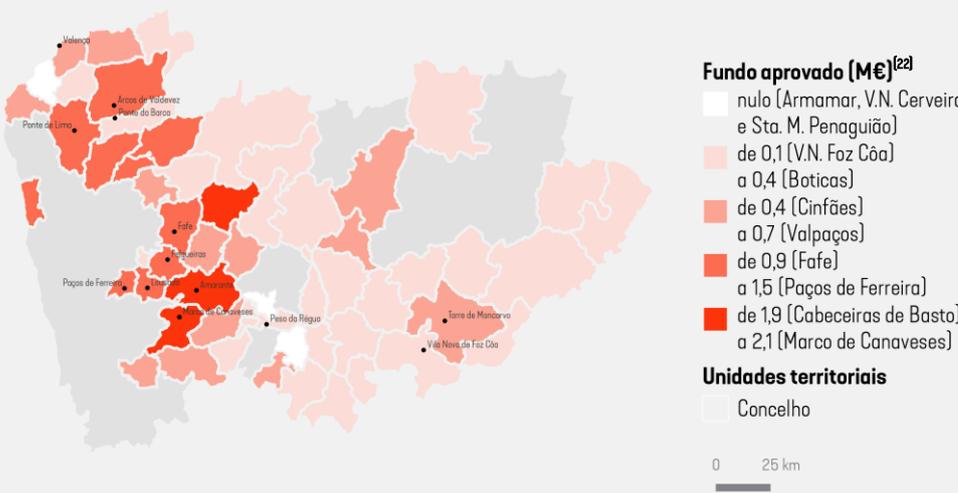
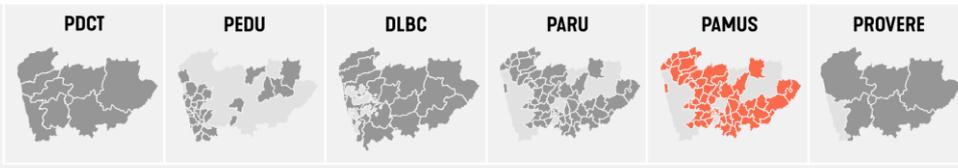
194 M€ de investimento elegível

116% de taxa de compromisso

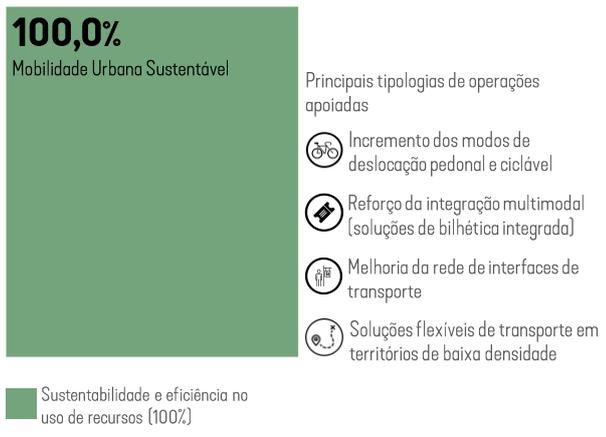
102% de taxa de execução

- Os PARU são dinamizados pelos 57 municípios que constituem os centros urbanos complementares do sistema urbano estabelecido na proposta de PROT-Norte.
- A atual dotação dos PARU (136 M€) é integralmente assegurada pelo NORTE 2020, montante que inclui cerca de 2 milhões de euros do IFRRU 2020⁽²¹⁾.
- As operações aprovadas correspondem a projetos de reabilitação urbana incidentes em centros históricos, zonas ribeirinhas ou zonas industriais abandonadas (reconversão), apresentando um investimento elegível médio de 511 mil euros.

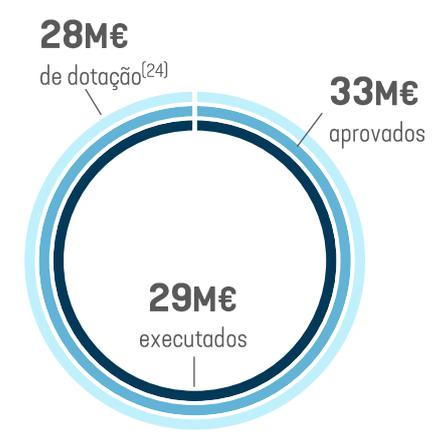
Qual a dinâmica dos PAMUS no Norte?



Principais áreas apoiadas no âmbito dos PAMUS no Norte (%)



Execução financeira dos PAMUS no Norte (%)



2% do apoio aprovado para Abordagens Territoriais Integradas no Norte destina-se aos PAMUS

Encontram-se associados aos PAMUS:

118 operações aprovadas

40 M€ de investimento elegível

118% de taxa de compromisso

105% de taxa de execução

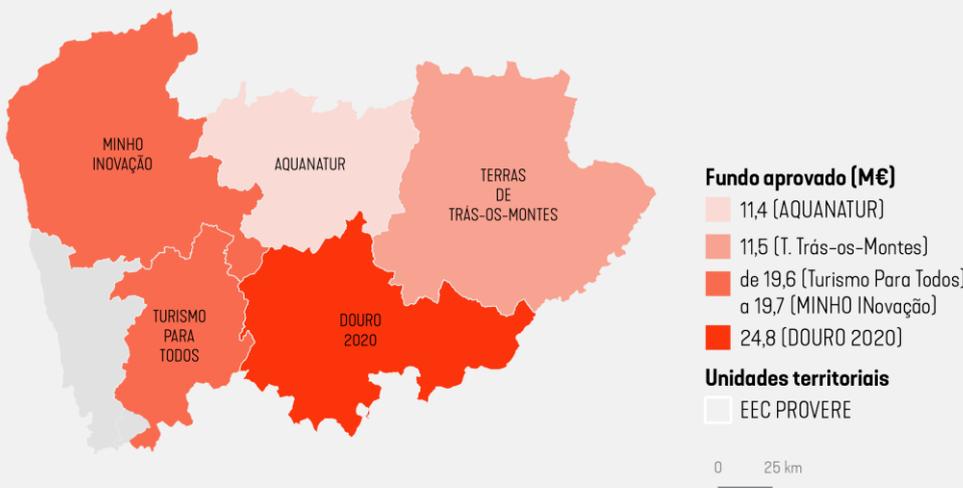
[22] No mapa não se encontra representado o montante atribuído à AMP para a elaboração do respetivo plano de ação para a mobilidade urbana sustentável.

[23] Valores calculados com base nos resultados dos Censos 2021 relativos à população residente (Instituto Nacional de Estatística, 2021).

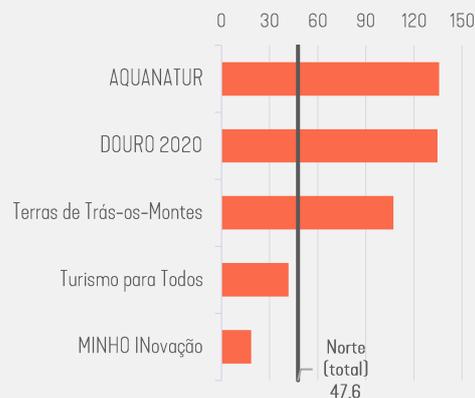
[24] Este valor reflete a reprogramação mais recente do Acordo de Parceria (PORTUGAL 2020).

- Apesar de desenvolvidos à escala das sub-regiões (NUTS III), na prática, os PAMUS são dinamizados pelos 57 municípios que constituem os centros urbanos complementares do sistema urbano estabelecido na proposta de PROT-Norte (nos restantes, os PAMUS e a mobilidade urbana sustentável são executados no contexto dos PEDU).
- A atual dotação dos PAMUS (28 M€) é integralmente assegurada pelo NORTE 2020. As operações aprovadas correspondem a projetos de mobilidade sustentável, tendo como objetivos a redução das emissões de gases com efeito de estufa e a promoção dos transportes públicos, apresentando um investimento elegível médio de 341 mil euros.

Qual a dinâmica dos PROVERE no Norte?



Intensidade de apoio por área de incidência das EEC⁽²⁵⁾ (€/hab.)



Principais áreas apoiadas no âmbito dos PROVERE no Norte (%)

100,0%

Apoio ao emprego através do desenvolvimento potencial endógeno dos territórios de baixa densidade

Principais tipologias de operações apoiadas

- Qualificação e dinamização de aldeias e centros rurais emblemáticos
- Desenvolvimento de atividades turísticas e de produtos tradicionais
- Valorização e gestão de sistemas produtivos locais
- Oferta de serviços coletivos (adaptados à baixa densidade)

Inclusão social e emprego (100%)

Execução financeira dos PROVERE no Norte (%)



6% do apoio aprovado para Abordagens Territoriais Integradas no Norte destina-se aos PROVERE

Encontram-se associados aos PROVERE:

210 operações aprovadas

108 M€ de investimento elegível

94% de taxa de compromisso

60% de taxa de execução

⁽²⁵⁾ Valores calculados com base nos resultados dos Censos 2021 relativos à população residente (Instituto Nacional de Estatística, 2021).

⁽²⁶⁾ Este valor reflete a reprogramação mais recente do Acordo de Parceria (PORTUGAL 2020).

- Os PROVERE são operacionalizados em cada um dos territórios-alvo das respetivas Estratégias de Eficiência Coletiva (EEC).
- Estas EEC são promovidas por consórcios de instituições, regionais e locais, orientados para a melhoria da competitividade económica de territórios de baixa densidade, através da aposta em recursos endógenos (tendencialmente inimitáveis e intransferíveis).
- A atual dotação da PI que enquadra as EEC PROVERE (92 M€) é integralmente assegurada pelo NORTE 2020, apresentando as operações aprovadas um investimento médio elegível de 512 mil euros.



Fontes de informação

Os cálculos e análises efetuadas nesta publicação encontram-se suportadas na informação de monitorização territorial do PORTUGAL 2020, reportada pela Agência para o Desenvolvimento e Coesão I.P. (AD&C) com data de referência de 30 de junho de 2023. Complementarmente, nas abordagens territoriais não regulamentares (PARU, PAMUS e PROVERE), que são exclusivamente cofinanciadas pelo NORTE 2020, recorreu-se a informação de monitorização territorial do NORTE 2020, reportada pela respetiva Autoridade de Gestão, com data de referência de 30 de junho de 2023.

Assim, a informação apresentada neste documento é consistente com aquela que consta dos reportes públicos de monitorização do PORTUGAL 2020 (disponíveis em www.adcoesao.pt) e do NORTE 2020 (disponíveis em www.norte2020.pt). A informação respeitante à programação destas abordagens é conforme com aquela que é reportada pela AD&C no âmbito da monitorização territorial do PORTUGAL 2020.

Abordagem Metodológica

No que se refere à territorialização da informação, uma operação aprovada no âmbito do PORTUGAL 2020 pode abranger mais do que um território (regiões NUTS II e NUTS III ou concelho). Nas operações apoiadas por qualquer dos três fundos da Política de Coesão (FEDER, FSE e Fundo de Coesão), os indicadores financeiros de cada operação (nomeadamente o fundo aprovado e o investimento elegível) encontram-se distribuídos em função dos territórios abrangidos, na proporção da implementação da operação em cada região NUTS II e NUTS III ou concelho.

Nas operações apoiadas pelos restantes fundos (nomeadamente FEADER e FEAMP), os indicadores financeiros encontram-se agregados por território de incidência da respetiva abordagem territorial, nomeadamente por NUTS III (no caso dos PDCT) e por área de intervenção dos GAL (no caso das DLBC). Nas operações que abrangem mais do que uma região (NUTS II) ou sub-região (NUTS III), estes indicadores financeiros não se encontram territorializados a estas escalas.

A territorialização de uma parte das operações aprovadas no âmbito do PORTUGAL 2020 encontra-se ainda em curso ou em revisão. Assim, a informação que se apresenta na presente publicação encontra-se sujeita a alterações.

Os valores aprovados para as operações poderão sofrer alterações entre diferentes períodos de reporte, decorrentes de desistências, de reformulações ou de outras correções nos projetos de investimento.

Conceitos

Para uma melhor compreensão dos conceitos incluídos neste documento, recomenda-se a consulta da página da AD&C referente aos instrumentos de base territorial, disponível em www.adcoesao.pt.

Recomenda-se também a consulta do glossário de conceitos da AD&C, disponível, igualmente, em www.adcoesao.pt, e do glossário comum dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI), disponível em www.portugal2020.pt.

Anexos: Abordagens Territoriais Integradas

1. Execução financeira das Abordagens Territoriais Integradas no Norte, por tipo de abordagem e por NUTS III

Abordagem Territorial Integrada / Território	Nº de operações aprovadas ⁽ⁱ⁾	Investimento elegível aprovado (mil €)	Fundo aprovado (mil €)	Investimento elegível aprovado por operação (mil €)	Fundo aprovado por operação (mil €)
PDCT	2.794	826.411	614.281	296	220
Alto Minho	213	83.478	66.623	392	313
Alto Tâmega	306	62.979	47.506	206	155
A.M. Porto	671	230.394	165.397	343	246
Ave	266	95.386	72.088	359	271
Cávado	275	75.470	54.415	274	198
Douro	376	81.187	62.454	216	166
Tâmega e Sousa	406	113.256	81.012	279	200
Terras de Trás-os-Montes	281	84.261	64.786	300	231
PEDU	524	569.008	447.078	1.086	853
Alto Minho	25	22.558	19.054	902	762
Alto Tâmega	27	13.073	11.106	484	411
A.M. Porto	337	317.866	253.398	943	752
Ave	18	47.676	40.288	2.649	2.238
Cávado	27	45.989	37.213	1.703	1.378
Douro	28	32.483	26.516	1.160	947
Tâmega e Sousa	20	13.079	10.891	654	545
Terras de Trás-os-Montes	41	50.037	37.272	1.220	909
Multi-NUTS III (Norte)	1	26.247	11.339	26.247	11.339
DLBC⁽ⁱⁱ⁾	4.662	269.068	166.645	58	36
Alto Minho	620	36.634	23.290	59	38
Alto Tâmega	423	22.060	13.321	52	31
A.M. Porto	518	47.803	34.942	92	67
Ave	356	20.616	13.505	58	38
Cávado	272	19.763	12.696	73	47
Douro	585	25.463	15.360	44	26
Tâmega e Sousa	538	31.603	17.993	59	33
Terras de Trás-os-Montes	499	28.324	19.129	57	38
Multi-NUTS III (Norte)	696	28.938	12.500	42	18
Multi-NUTS II (Norte e Centro)	155	7.864	3.910	51	25
PARU	380	194.334	157.971	511	416
Alto Minho	54	29.430	24.310	545	450
Alto Tâmega	32	12.610	10.419	394	326
A.M. Porto	0	0	0	0	0
Ave	38	22.326	18.378	588	484
Cávado	32	18.114	14.715	566	460
Douro	100	39.240	32.328	392	323
Tâmega e Sousa	95	56.530	45.734	595	481
Terras de Trás-os-Montes	28	12.965	10.740	463	384
Multi-NUTS III (Norte)	1	3.119	1.347	3.119	1.347
PAMUS	118	40.263	33.230	341	282
Alto Minho	13	5.494	4.663	423	359
Alto Tâmega	9	2.707	2.262	301	251
A.M. Porto - Plano de Ação	1	69	59	69	59
Ave	12	5.534	4.701	461	392
Cávado	10	5.199	4.237	520	424
Douro	25	5.388	4.578	216	183
Tâmega e Sousa	39	13.644	10.838	350	278
Terras de Trás-os-Montes	9	2.229	1.892	248	210
PROVERE	210	107.502	86.912	512	414
Alto Minho	39	8.664	7.198	222	185
Alto Tâmega	27	14.388	11.428	533	423
A.M. Porto	7	3.961	3.165	566	452
Ave	18	7.274	6.153	404	342
Cávado	25	8.040	6.304	322	252
Douro	51	29.969	24.775	588	486
Tâmega e Sousa	20	20.510	16.387	1.025	819
Terras de Trás-os-Montes	23	14.697	11.503	639	500

⁽ⁱ⁾ Uma operação aprovada poderá abranger mais do que um território. Nesta situação, uma mesma operação encontra-se contabilizada tantas vezes quantas o número de territórios onde incide. Assim, existem diferenças entre a soma do número de operações por região NUTS III e os totais parciais e global apresentados. O mesmo não acontece para os indicadores financeiros da operação (fundo aprovado e investimento elegível aprovado), os quais se encontram distribuídos em função dos territórios abrangidos.

⁽ⁱⁱ⁾ O território de atuação do GAL ADRIMAG é partilhado pelas regiões NUTS II Norte e Centro. Deste modo, os valores apresentados para o DLBC respetivo (para a parcela referente ao FEADER) não se referem exclusivamente ao Norte.

Fonte: Sistema de Monitorização do PORTUGAL 2020 (informação de 30 de junho de 2023, reportada pela Agência para o Desenvolvimento e Coesão IP).

(continua)

(continuação)

Abordagem Territorial Integrada / Território	Nº de operações aprovadas	Investimento elegível aprovado (mil €)	Fundo aprovado (mil €)	Investimento elegível aprovado por operação (mil €)	Fundo aprovado por operação (mil €)
TOTAL	8.688	2.006.586	1.506.116	231	173
Alto Minho	964	186.259	145.137	193	151
Alto Tâmega	824	127.817	96.042	155	117
A.M. Porto	1.534	600.094	456.960	391	298
Ave	708	198.812	155.114	281	219
Cávado	641	172.575	129.580	269	202
Douro	1.165	213.729	166.011	183	142
Tâmega e Sousa	1.118	248.622	182.854	222	164
Terras de Trás-os-Montes	881	192.511	145.322	219	165
Multi-NUTS III (Norte)	698	58.304	25.187	84	36
Multi-NUTS II (Norte e Centro)	155	7.864	3.910	51	25

Fonte: Sistema de Monitorização do PORTUGAL 2020 (informação de 30 de junho de 2023, reportada pela Agência para o Desenvolvimento e Coesão IP).

2. Execução financeira das Abordagens Territoriais Integradas no Norte, por tipo de abordagem

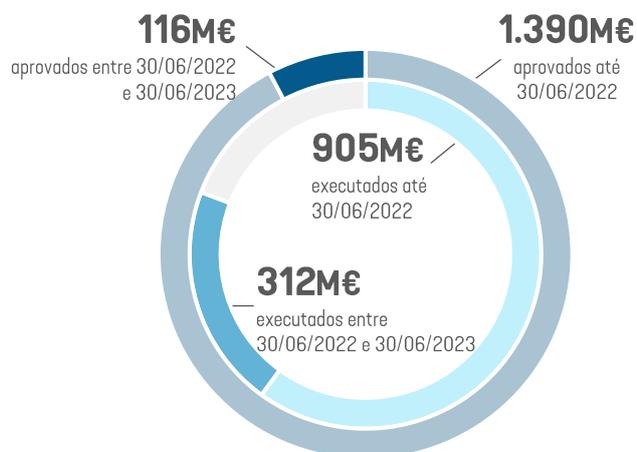
Abordagem Territorial Integrada	Programação Financeira 2014-2020 ⁽ⁱⁱⁱ⁾	Aprovações			Execução	Indicadores financeiros (Fundo)	
	Fundo Comunitário (mil €)	Nº de Operações	Investimento elegível (mil €)	Fundo Comunitário (mil €)	Fundo Comunitário (mil €)	Taxa de compromisso (%)	Taxa de execução (%)
TOTAL	1.415.909	8.688	2.006.586	1.506.116	1.216.654	106%	86%
Abordagens territoriais regulamentares							
PDCT	632.975	2.794	826.411	614.281	515.454	97%	81%
PEDU	429.541	524	569.008	447.078	388.431	104%	90%
Apoios reembolsáveis	417.429	523	542.760	435.738	377.091	104%	90%
Instrumentos financeiros (IFRRU)	12.112	1	26.247	11.339	11.339	94%	94%
DLBC	97.522	4.662	269.068	166.645	90.280	171%	93%
Costeiro	9.211	56	13.711	11.022	6.725	120%	73%
Rural	77.811	4.504	240.908	143.614	77.540	185%	100%
Urbano	10.500	102	14.449	12.009	6.014	114%	57%
Outras abordagens territoriais							
PARU	135.710	380	194.334	157.971	138.157	116%	102%
Apoios reembolsáveis	133.593	379	191.215	156.623	136.809	117%	102%
Instrumentos financeiros (IFRRU)	2.117	1	3.119	1.347	1.347	64%	64%
PAMUS^(iv)	28.221	118	40.263	33.230	29.355	118%	105%
PROVERE	92.103	210	107.502	86.912	54.977	94%	60%

⁽ⁱⁱⁱ⁾ Os valores refletem a reprogramação mais recente do Acordo de Parceria (PORTUGAL 2020).

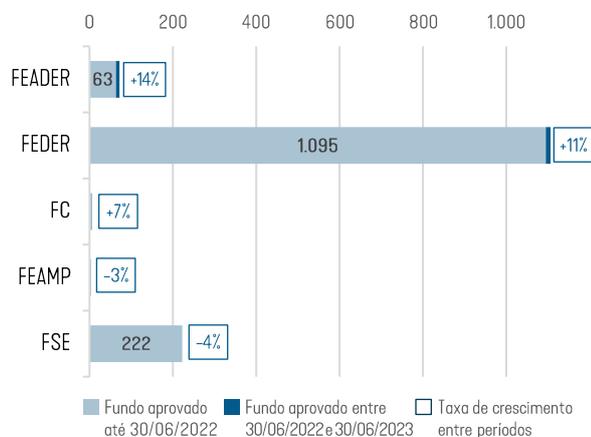
Fonte: Sistema de Monitorização do PORTUGAL 2020 (informação de 30 de junho de 2023, reportada pela Agência para o Desenvolvimento e Coesão IP).

3. Evolução da execução das abordagens territoriais integradas no Norte

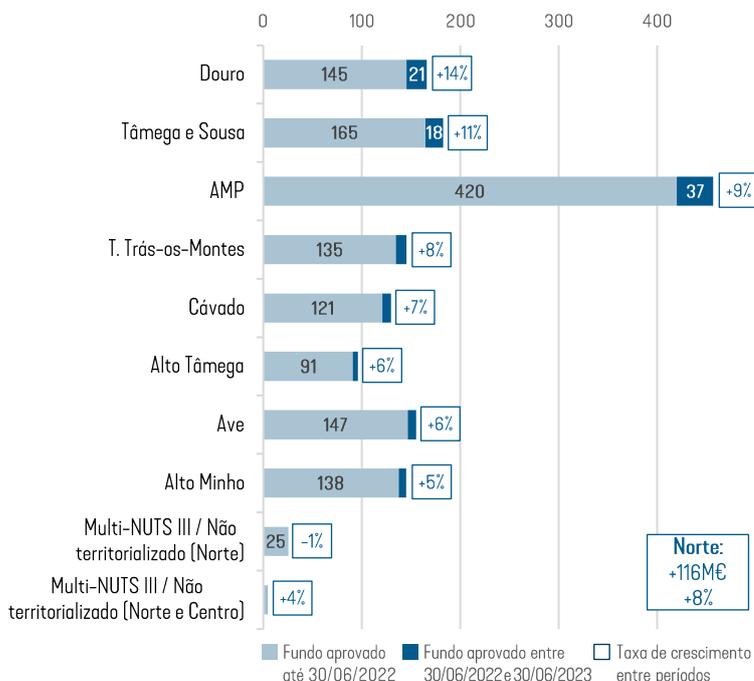
Fundo aprovado e executado (M€) no Norte



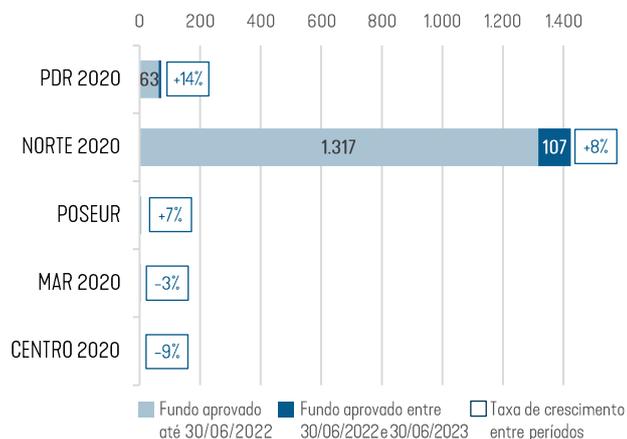
Fundo aprovado (M€) no Norte, por fundo



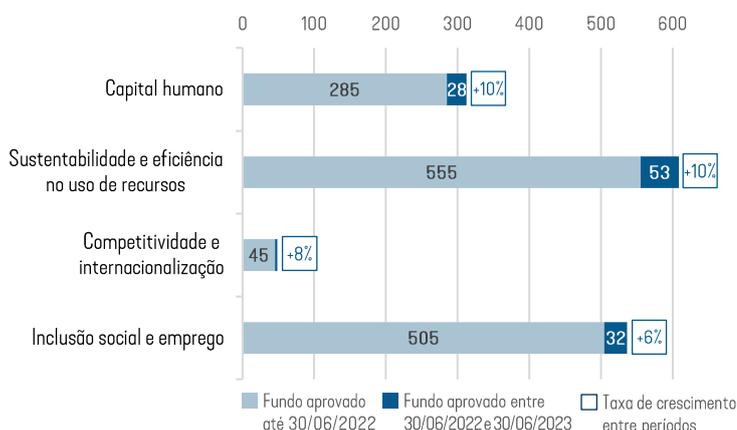
Fundo aprovado (M€) no Norte, por NUTS III



Fundo aprovado (M€) no Norte, por programa



Fundo aprovado (M€) no Norte, por domínio temático

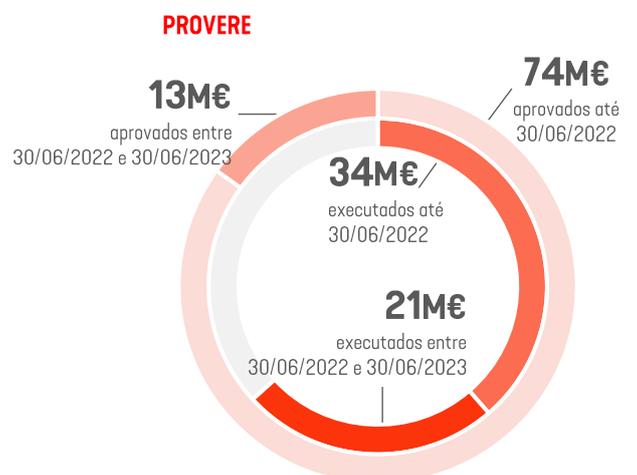
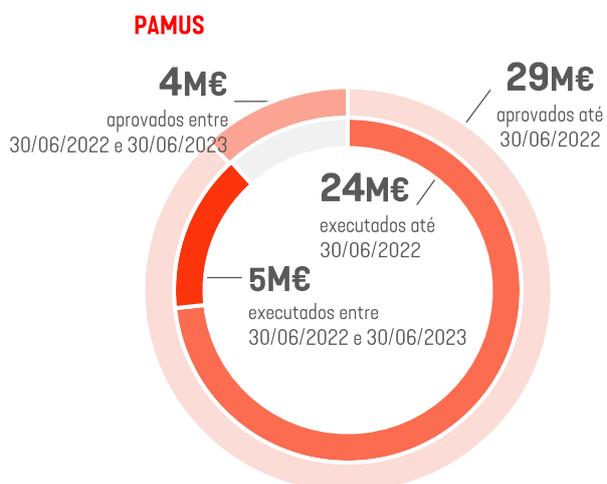
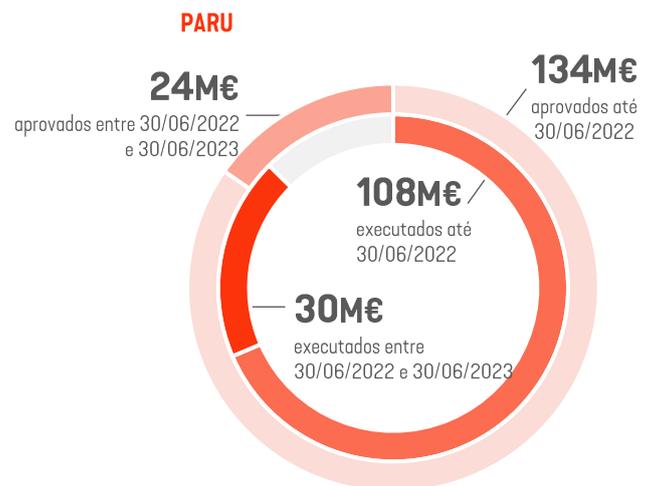
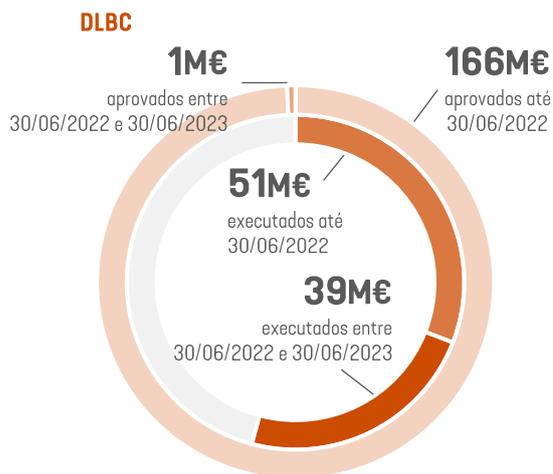
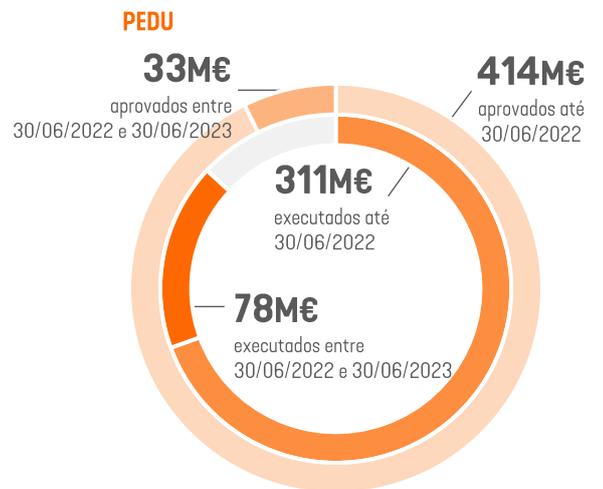
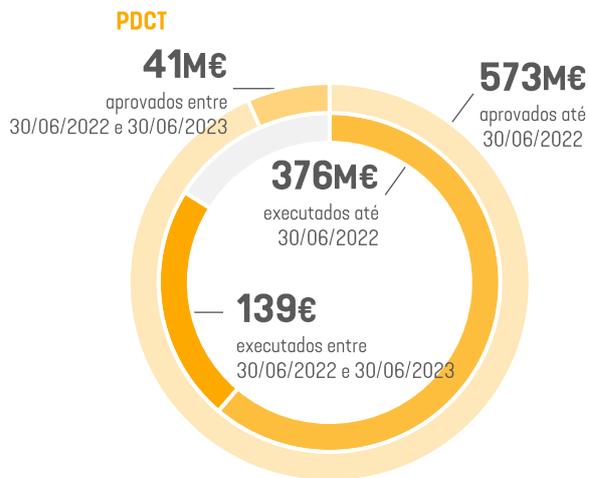


Prioridades de investimento com maior crescimento absoluto (M€) no Norte^(iv)



^(iv) As prioridades de investimento representadas correspondem a cerca de 57% do fundo aprovado total.

Variações registadas (M€) no Norte por tipo de abordagem entre junho de 2022 e junho de 2023



OLIVA
AGENTE OFICIAL

CCDR
NORTE

www.ccdr-n.pt/norteue